

ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS

HOTEL MONTEBELO AGUIEIRA
LAKE RESORT & SPA
MORTÁGUA



ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS DA CONFAGRI REAFIRMA CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DO SECTOR AGROALIMENTAR

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA



DESTAQUE

CONFAGRI participa na manifestação agrícola em Bruxelas

EM FOCO

Impactos da quarta reprogramação do Plano Estratégico da PAC nos apoios incluídos no Pedido Único de ajudas aos agricultores

ATUALIDADE

Plano Nacional de Restauro da Natureza – Ponto de situação dos trabalhos nacionais

FEIRA INTERNACIONAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ALIMENTAÇÃO

QUINTA: 10H ÀS 23H | SEXTA E SÁBADO: 10H ÀS 24H | DOMINGO: 10H ÀS 20H



RESERVE NA AGENDA E
VISITE-NOS
CONTAMOS CONSIGO!



**BILHETE PAGO PARA 11 ANOS
OU MAIS: 3,5€**

EVITE FILAS
COMPRA
AQUI



A photograph of two brown oxen harnessed together, pulling a traditional wooden cart. The cart is decorated with red tassels and flowers. The scene is set outdoors on a sandy ground, with a decorative wooden fence in the background.

A POLÍTICA AGRÍCOLA (POUCO!) COMUM



Idalino Leão

Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

A Política Agrícola Comum (PAC) está a perder a sua essência. Estratégica, estruturante e efetivamente comum, assim deveria definir-se. No entanto, é desolador assistir ao novo enquadramento da PAC, assente numa proposta profundamente desestruturada e fragilizada.

A nova PAC prevê um corte superior a 20%, agravado pelo risco de fusão da Política Agrícola Comum com os Fundos de Coesão, diluindo os apoios agrícolas e impondo reduções inaceitáveis nas verbas destinadas ao investimento. A proposta da Comissão Europeia para a PAC pós-2027 representa, na prática, um recuo significativo no orçamento agrícola, incidindo de forma particularmente penalizadora sobre o investimento. Isto compromete o futuro do sector agroalimentar e coloca em causa objetivos essenciais como a capacitação, a inovação e a renovação geracional.

As políticas agrícolas passam a competir com outras políticas, enfraquecendo a Agricultura enquanto pilar estruturante da União Europeia. É inaceitável e inexplicável acabar com a única política verdadeiramente comum da União Europeia. Na verdade, representa um insulto à agricultura e às suas organizações.

Num contexto de incerteza geopolítica e de intensa concorrência internacional, a

redução destes apoios acelera o declínio do mundo rural europeu. Estamos perante uma Política Comum descaracterizada, afastada da sua função primordial e dos princípios para os quais foi pensada e criada, transformando-se num mero instrumento dependente do livre-arbítrio de cada Estado-Membro, abrindo a porta à distorção do mercado e ao favorecimento, uma vez mais, de quem detém maior poder financeiro.

Seria legítimo esperar garantia e solidariedade europeias, pensarmos numa Europa que protege, que cuida e que reconhece o papel da Agricultura.

Após anos marcados pelo pós-Covid e pela guerra na Ucrânia, períodos em que os Agricultores e Cooperativas nunca falharam e garantiram a subsistência e o bem público comum, é apresentada a pior proposta de sempre.

Na atual realidade em que os fenómenos climáticos vão sendo cada vez mais frequentes, precisamos de uma Europa agregadora, que capacite, que promova uma concorrência real e equilibrada entre

Estados-Membros, que antecipe problemas de sanidade com impacto na saúde pública, que incentive a investigação, a produção e a redução da nossa dependência externa. O Orçamento da União Europeia deveria ser entendido como uma mais-valia estratégica, e não como um instrumento paralisante.

O afastamento entre a bolha política de Bruxelas e a realidade vivida em cada Estado-Membro resulta nesta proposta verdadeiramente desastrosa para o futuro da Agricultura europeia.

É imperativo que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Agricultura rejeitem liminarmente esta proposta, sob pena de se tornarem cúmplices e coveiros da agricultura nacional.

É fundamental reconhecer o papel do agricultor e a relevância geopolítica do nosso território.

De tudo o que temos assistido nos últimos tempos, e do que nos recorda a História, sabemos que nada impacta mais uma sociedade ou um país do que o medo de que possa faltar comida na mesa. ●

ÍNDICE

ESPAÇO RURAL N.º 170

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas
Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

JANEIRO/FEVEREIRO

2026

FICHA TÉCNICA

03 EDITORIAL

IDALINO LEÃO
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
DA CONFAGRI



05 DESTAQUE

**CONFAGRI PARTICIPA NA MANIFESTAÇÃO
AGRÍCOLA EM BRUXELAS**

09 ATUALIDADE

**IDALINO LEÃO REELEITO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA CONFAGRI**

10 EM FOCO

**IMPACTOS DA QUARTA
REPROGRAMAÇÃO DO PLANO
ESTRATÉGICO DA PAC NOS APOIOS
INCLUÍDOS NO PEDIDO ÚNICO
DE AJUDAS AOS AGRICULTORES**

14 ENTREVISTA

**COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS
DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA**

18 ATUALIDADE

**PLANO NACIONAL DE RESTAURO
DA NATUREZA
PONTO DE SITUAÇÃO DOS TRABALHOS
NACIONAIS**

20 DIVULGAÇÃO

**IMPACTO SOCIOECONÓMICO DAS ADEGAS
COOPERATIVAS EM PORTUGAL**

22 TEMA DE CAPA

**ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS
2026: CONFAGRI REAFIRMA CENTRALIDADE
ESTRATÉGICA DO SECTOR AGROALIMENTAR
NUM TEMPO DE DECISÕES EUROPEIAS**

30 ENTREVISTA

**CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA
MÚTUO DO MÉDIO AVE**

34 INOVAÇÃO

**NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS
NA AGRICULTURA (NGTS):
DA TEORIA À PRÁTICA**

35 DIVULGAÇÃO

**CA SEGUROS VOLTA A LIDERAR
A EXPERIÊNCIA DOS CLIENTES**

36 PROJETOS CONFAGRI

**COMPETÊNCIAS PARA A TRANSIÇÃO
AGROALIMENTAR COM OS TERRITÓRIOS**

37 PROJETOS CONFAGRI

**SOUTOS SUSTENTÁVEIS EM VINHAIS:
GERIR A ÁGUA E O SOLO PARA REFORÇAR
A RESILIÊNCIA DA CASTANICULTURA**

38 DESTAQUE

**AS FLORESTAS COMO PODEROSO ALIADO
DAS SOCIEDADES! MAS...**

40 PROJETOS CONFAGRI

**CONFAGRI PROMOVE WORKSHOP SOBRE
A CERTIFICAÇÃO DE MICROCREDENCIAIS**

41 DIVULGAÇÃO

**A 58.ª EDIÇÃO DA AGRO – FEIRA
INTERNACIONAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ALIMENTAÇÃO**

42 PROJETOS CONFAGRI

**REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO
DIGIFARM2ALL**

**AGROSOCIAL LEVA REFLEXÃO SOBRE
RENOVAÇÃO GERACIONAL E INOVAÇÃO
A UMA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA**



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor
de QR code a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça *scan* do código QR, centrando-o
no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural
ou dos artigos selecionados.

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO



CONFAGRI

CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR

Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA

Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO

Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em [https://www.confagri.pt/
content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf](https://www.confagri.pt/content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf)

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL®

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2.º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cepalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA

CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

Rua Quinta do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca da Caparica

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

Distribuição Gratuita

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA
RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS SUBSCRITORES

CONFAGRI PARTICIPA NA MANIFESTAÇÃO AGRÍCOLA EM BRUXELAS

TEXTO

ISABEL VAN ZELLER BASTO

CONFAGRI – Bruxelas

Dezoito de dezembro de 2025.

A data, que à primeira vista poderia parecer inócua, encavalitada entre as últimas reuniões úteis do ano e o período de Natal, revelou-se afinal particularmente marcante. Todos já tínhamos assistido a manifestações ligadas ao mundo agrícola — maiores ou menores, mais ou menos ruidosas e chamativas. Ainda assim, neste dia aconteceu algo sem precedentes: foi possível mobilizar agricultores dos 27 Estados-Membros da União Europeia em Bruxelas para uma marcha pacífica, enviando uma mensagem clara de união às instituições europeias. E essa mensagem chegou pela mão de cerca de 10.000 agricultores.

A escolha da data não foi aleatória. Coincidiu com a primeira Cimeira de Chefes de Estado em que o orçamento do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e a própria Política Agrícola Comum (PAC) constavam da agenda.

Assim, pela primeira vez, agricultores de todos os cantos da União Europeia falaram a uma só voz naquele que foi o maior protesto agrícola registado em Bruxelas nos últimos trinta anos, realçando três exigências fundamentais:

- Uma PAC forte, verdadeiramente comum e bem financiada após 2027, acompanhada de um QFP que proporcione soluções e apoie a competitividade e o crescimento;
- Um comércio justo e transparente, que salvguarde eficazmente as normas europeias de produção e os sectores mais sensíveis, contribuindo simultaneamente para reforçar a competitividade;
- Uma simplificação real, melhor regulamentação e segurança jurídica.

A CONFAGRI participou ativamente nesta manifestação, com uma delegação composta por 35 produtores. Será através do olhar de alguns dos seus representantes que a manifestação e as respetivas motivações poderão ser analisadas de forma mais próxima e concreta.

Quanto aos resultados — porque, de facto, alguns já foram alcançados e outros



1. IMAGEM COM ELEMENTOS DA DELEGAÇÃO DA CONFAGRI

continuem em avaliação — destaca-se a reunião interinstitucional organizada no dia 7 de janeiro, promovida pela Comissão Europeia, que contou com a participação dos comissários Hansen, Šešćovič e Várhelyi, bem como da ministra Panayiotou, em representação da presidência cipriota. O encontro reuniu a maioria dos ministros da Agricultura da União Europeia e abordou

os desafios urgentes levantados pela comunidade agrícola, que levaram o sector a este ponto de inflexão. E se a reatividade e os esforços imediatos e concretos envidados para ouvir e reagir não passam despercebidos, as propostas apresentadas não foram ainda suficientes para dar resposta à profundidade e urgência dos desafios enfrentados no terreno.

Assim, uma potencial melhoria do quadro financeiro não apaga o facto de a PAC continuar dissolvida no Fundo Único, ameaçando o rendimento dos agricultores e os objetivos fundamentais da política estabelecidos no Tratado.

Também é necessário que os acordos comerciais sejam baseados no comércio justo e na reciprocidade, uma vez que os mercados terceiros apresentam normas de produção muito divergentes, que comprometem a equidade, a competitividade e a resiliência a longo prazo da agricultura europeia.

Não adiar o CBAM (Mecanismo de Ajustamento Carbónico nas Fronteiras) para os fertilizantes, representa mais um golpe significativo para o sector, onde além dos preços cada vez mais elevados é fundamental garantir tanto a disponibilidade como a acessibilidade dos fertilizantes. Além disso, embora a abolição das tarifas NMF sobre certas importações de fertilizantes seja um passo positivo, continua a ser largamente insuficiente, por não abranger os principais produtos.

No que respeita à simplificação e à segurança jurídica, a abertura para avaliar o impacto cumulativo da legislação ambiental (Diretiva-Quadro da Água, Diretivas relativas à natureza e Diretiva Nitratos), para avaliar proporcionalidade e consultar os agricultores no terreno, bem como a possibilidade de analisar instrumentos de prevenção e financeiros para as doenças animais, são positivos.

Neste momento singular da nossa história, europeia e mundial, é cada vez mais importante garantir que a nossa voz é ouvida e as corretas medidas são tomadas assegurando um futuro aos agricultores mas também o bem-estar dos consumidores e da nossa sociedade em geral. A participação da CONFAGRI nesta mobilização europeia fez-se através de uma delegação representativa da diversidade do movimento cooperativo ligado à confederação, integrando dirigentes e produtores de diferentes regiões e realidades do país. Os testemunhos que se seguem refletem perceções e experiências pessoais de alguns dos participantes na comitiva da CONFAGRI, oferecendo uma leitura direta sobre as motivações que levaram à presença em Bruxelas, as principais preocupações do sector agrícola e as expectativas face às políticas europeias. Sem pretender esgotar a pluralidade de posições existentes, estas



2. PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, NUM DOS PALCOS DA MANIFESTAÇÃO ONDE TEVE A OPORTUNIDADE DE EFETUAR UMA INTERVENÇÃO

vozes contribuem para uma compreensão mais próxima do significado e do alcance desta manifestação.

Vítor Moutinho - Presidente da Cooperativa Agrícola de Penafiel

Os dirigentes de cooperativas agrícolas marcaram presença na manifestação em Bruxelas movidos por uma profunda preocupação com o rumo das políticas europeias para a agricultura e com o impacto direto que estas têm na viabilidade económica das explorações agrícolas e no futuro do mundo rural.

A participação nesta ação coletiva resultou, em primeiro lugar, da crescente insatisfação face às orientações da Política Agrícola Comum, que têm vindo a impor exigências ambientais cada vez mais rigorosas, muitas vezes desajustadas da realidade produtiva, sem a correspondente compensação financeira. Estas medidas aumentam a carga burocrática, reduzem

a produtividade e colocam em risco a competitividade dos agricultores e das cooperativas.

Acrece a esta situação a forte preocupação com a implementação do novo PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), cujas opções estratégicas levantam sérias reservas quanto ao seu impacto na agricultura portuguesa. A complexidade do modelo, a excessiva penalização das explorações mais produtivas, a redução do apoio ao rendimento e a transferência de responsabilidades para os agricultores, sem salvaguardas adequadas, colocam em causa a sustentabilidade económica de muitas explorações, em especial das pequenas e médias, predominantes no nosso país.

Outro motivo central da contestação prende-se com a degradação dos rendimentos agrícolas, agravada pela subida acentuada dos custos de produção — nomeadamente energia, combustíveis,

fertilizantes e rações — que não tem sido acompanhada por preços justos à produção. A ausência de mecanismos eficazes de proteção do agricultor na cadeia de valor continua a penalizar quem produz.

Os dirigentes cooperativos manifestaram ainda a sua oposição à celebração de acordos comerciais com países terceiros que não respeitam os mesmos padrões ambientais, sanitários e sociais exigidos aos agricultores europeus, criando uma concorrência desleal que fragiliza o sector agrícola nacional e europeu.

Por fim, esta manifestação pretendeu afirmar que a sustentabilidade ambiental só é possível com sustentabilidade económica e social. É essencial que as políticas europeias e nacionais reconheçam o papel estratégico da agricultura e das cooperativas agrícolas, assegurando condições justas de produção, rendimentos dignos e um futuro sustentável para os agricultores e para os territórios rurais.

João Paulo D'Além - Cooperativa Agro Rural de Boticas - CAPOLIB

Milhares de agricultores e representantes do sector agrícola europeu concentraram-se em Bruxelas para manifestar a sua oposição a orientações e acordos comerciais que colocam em risco o futuro da agricultura europeia, nomeadamente o acordo em negociação entre a União Europeia e o MERCOSUL. A CONFAGRI marcou presença nesta mobilização, acompanhada por delegações de cooperativas associadas de várias regiões do país, com o objetivo de defender os interesses do sector agrícola nacional e alertar para os riscos deste tipo de acordos para a produção, o emprego rural e o modelo agrícola assente na qualidade e na rastreabilidade. A manifestação decorreu de forma maioritariamente ordeira e pacífica, com mensagens claras que sintetizavam as principais preocupações dos agricultores: concorrência desleal, fragilização dos padrões sanitários e ambientais e ameaça à continuidade das explorações familiares. A participação portuguesa destacou-se pela serenidade e correção, mantendo o foco nas reivindicações: salvaguarda de padrões de produção, apoio a políticas que protejam o rendimento dos produtores e medidas de acompanhamento para evitar desequilíbrios no mercado interno.

A presença da CONFAGRI e das cooperativas permitiu também dar visibilidade, junto de decisores políticos e da opinião pública europeia, à especificidade da agricultura portuguesa, caracterizada maioritariamente por pequenas e médias explorações, com forte aposta na qualidade, em práticas sustentáveis e com um papel social determinante nos territórios rurais.

As razões que levaram agricultores de vários países a mobilizarem-se em Bruxelas são convergentes. Entre as preocupações mais frequentemente expressas destacam-se a concorrência com produtos importados produzidos a custos mais baixos e sob normas sanitárias e ambientais menos rigorosas, a pressão sobre os preços à produção e o rendimento dos agricultores europeus, os riscos para a segurança e a qualidade alimentar, e o impacto negativo nos territórios rurais, traduzido na perda de postos de trabalho, no abandono de explorações familiares e no enfraquecimento da atividade económica local. A estas somam-se a falta de contrapartidas sólidas nos acordos que



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMEITEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MECÂNICO PREMIA



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt



3. ALGUNS ELEMENTOS DA DELEGAÇÃO DA CONFAGRI NO DECORRER DA MANIFESTAÇÃO



4. ALGUNS ELEMENTOS DA DELEGAÇÃO DA CONFAGRI NO DECORRER DA MANIFESTAÇÃO

asseguem medidas de defesa do sector agrícola europeu e mecanismos eficazes de estabilização e resposta a crises de mercado.

Para a CONFAGRI, a presença nesta mobilização europeia traduziu-se num exercício claro de representação e mediação, dando visibilidade às preocupações dos agricultores portugueses, reforçando o diálogo com parceiros europeus e afirmando a necessidade de soluções construídas no plano institucional. Mais do que um gesto simbólico, a participação em Bruxelas serviu para sublinhar que as decisões tomadas a nível europeu e internacional têm impactos diretos nas explorações agrícolas, no emprego e na coesão dos territórios rurais.

Para além da contestação pública, a delegação da CONFAGRI defende que as respostas aos desafios do sector devem assentar em negociações responsáveis, integrando salvaguardas robustas, cláusulas de equivalência sanitária e ambiental, mecanismos eficazes de resposta a crises de mercado e medidas de apoio à modernização e competitividade das explorações, em particular das de base familiar. Qualquer acordo deve contemplar programas de transição e financiamento que permitam aos produtores adaptar-se sem perder rendimentos ou ser expulsos do mercado.

Gonçalo Pereira - Associação de Jovens Agricultores Tainadas Mundiais – Vila do Conde

Marcámos presença numa das maiores manifestações alguma vez realizadas

A mobilização em Bruxelas reforçou uma mensagem comum dos agricultores europeus: sem uma Política Agrícola Comum forte e bem financiada e sem regras de comércio justo e recíproco, a União Europeia compromete a soberania e a segurança alimentar, fragilizando produtores, territórios rurais e consumidores.

em Bruxelas, que reuniu cerca de 10 000 agricultores provenientes dos 27 Estados-Membros da União Europeia, acompanhados por milhares de tratores. Esta mobilização massiva não aconteceu por acaso: representa um sinal claro do descontentamento generalizado e do sério risco que o sector primário europeu enfrenta.

As políticas sucessivas que nos têm sido impostas não valorizam, de forma alguma, os produtos de qualidade que produzimos. Pelo contrário, a Política Agrícola Comum encontra-se cada vez mais fragilizada e a assinatura do acordo com o MERCOSUL vem agravar ainda mais esta situação. O que de melhor produzimos no nosso país deixa de ser economicamente viável, enfrentando uma concorrência claramente desleal, com a entrada no mercado de produtos mais baratos, oriundos de países que não cumprem as mesmas regras, exigências ambientais e restrições sanitárias às quais nós somos obrigados.

Nestes moldes, torna-se praticamente impossível competir.

As consequências podem ser gravíssimas, podendo levar a um ponto de rutura do sector primário. Arriscamo-nos a ficar totalmente dependentes de terceiros para a nossa alimentação, consumindo produtos sem o mesmo nível de controlo, segurança e qualidade.

Enquanto jovens integrados no sector, criámos esta associação com o objetivo de dar a conhecer à sociedade, fora do mundo agrícola, a realidade do nosso dia a dia e de valorizar um trabalho digno, exigente e honrado, que continua a ser essencial para todos. Manifestamos, por isso, o nosso profundo descontentamento face às novas medidas da PAC e a nossa oposição ao acordo com o MERCOSUL. Apesar de tudo, esta deslocação a Bruxelas foi também uma experiência extremamente positiva. Permitiu-nos conhecer vários líderes de cooperativas do nosso país, o que consideramos muito enriquecedor, pois deu-nos a oportunidade de compreender diferentes perspetivas e realidades. Tivemos ainda contacto com colegas do sector provenientes de outros países, que nos ajudaram a enquadrar as principais dificuldades que a agricultura enfrenta em diversos contextos europeus. Consideramos que a viagem foi muito bem organizada e que a participação neste tipo de iniciativas é fundamental. Momentos de união, partilha e reflexão reforçam o sector e contribuem para a construção de uma voz mais informada e coesa na defesa da agricultura e dos agricultores. ●

IDALINO LEÃO REELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONFAGRI



1. IDALINO LEÃO TOMA POSSE PARA UM NOVO MANDATO COMO PRESIDENTE DA CONFAGRI

A CONFAGRI elegeu, no dia 20 de fevereiro, em Assembleia Geral, os novos corpos sociais para o período 2026-2029, tendo Idalino Leão sido reeleito Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI. Tendo já cumprido o mandato de 2022-2025, Idalino Leão volta a assumir o cargo com “honra e responsabilidade”, ciente de que “ainda há muito por fazer pelo sector cooperativo e, sobretudo, pelo agroalimentar como um todo”.

Acreditando que nos últimos anos, a

CONFAGRI e as suas associadas têm tido um papel notável na defesa da produção nacional e no incentivo ao debate sobre as principais políticas que incidem sobre o sector, o Presidente da CONFAGRI reforçou a necessidade de, mais do que nunca, se fazer mais e melhor pela agricultura portuguesa, pois “Num contexto de incerteza, onde as políticas agrícolas tendem a fragilizar o sector, temos de nos manter

unidos na defesa da nossa agricultura e do desenvolvimento do mundo rural.”. Assim, Idalino Leão reforçou que, durante este novo mandato, espera poder contar com todos na defesa intransigente de uma PAC “robusta, reforçada, assente em dois pilares e com verbas dedicadas ao investimento” e de um bloco agroalimentar europeu “soberano, competitivo e inovador.”. ●

PRODUTOS
PERFEITOS
PARA SI!



TRATORES



M4-063 ARCO,
M4-073



M4-063 CAB, M4-073



M5-092 ARCO, M5-112



M5-092, M5-112



M5-072N, M5-092N,
M5-102N, M5-112N



M5-072N, M5-082N,
M5-112N



M6-122, M6-132,
M6-142



M7-133, M7-153,
M7-173

TRATORES COMPACTOS



EK1-261



B2-201, B2-261



L2-372, L2-452,
L2-522



LX-351, LX-401

EQUIPAMENTOS



FB1000



XTA24



DSXL-W GEOSPREAD



CU3301

VEÍCULOS UTILITÁRIOS



RTV-X1110TR



RTV-X1110TW

Encontre estes
e mais produtos
no nosso site:



IMPACTOS DA QUARTA REPROGRAMAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA PAC NOS APOIOS INCLUÍDOS NO PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS AOS AGRICULTORES

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

i CONFAGRI

A Comissão Europeia proferiu, no passado dia 12 de dezembro, a decisão de aprovação da quarta (!!) reprogramação do plano estratégico da PAC de Portugal para 2023–2027 (PE-PAC), para efeitos do apoio da União financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), respondendo positivamente, ao pedido de alteração apresentado pelas Autoridades Nacionais em 7 de outubro.

A 4ª reprogramação incidirá fundamentalmente em medidas do primeiro pilar, designadamente em acertos técnicos e redacionais nas ajudas de superfície, incluídas no Eixo A – Rendimento e Sustentabilidade, com o objetivo de consolidar a aproximação dos valores unitários até 2026 do «**Apoio ao Rendimento Base** – (ARB)» fixando-os em cerca de 108 €/ha. Esta aproximação, ao conduzir a uma igualdade de valores unitários de apoio por hectare ao nível do Continente (há o fim dos direitos), acentua as diferenças em termos de equidade entre as explorações. As bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo passaram de 15% para 25% (108€/hectare +/-25%). Dentro do mesmo Eixo A, no domínio «Rendimento e resiliência», ao nível dos apoios associados procederam-se a ajustamentos de critérios técnicos e financeiros, com o alargamento das bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo, também de 15% para 25%, sem promover qualquer alteração estrutural dos sectores apoiados: **vacas em aleitamento; leite de vaca; ovinos e caprinos; arroz; tomate para indústria; proteaginosas; cereais praganosos; milho grão e milho silagem; multiplicação de sementes certificadas.** Destacam-se, no entanto, as seguintes alterações específicas:

- **Pagamento ao arroz** (A.1.2.4), o surgimento de um novo compromisso opcional para regeneração das áreas dos arrozais, com introdução de novo montante unitário para a prática da Regeneração produtiva dos arrozais, existindo uma limitação de 30% da superfície elegível ao Pagamento ao arroz;
- **Pagamento ao milho grão** (A.1.2.8), o aumento do montante unitário indicativo em 37,5% (275 €/hectare);
- **Pagamento ao milho silagem** (A.1.2.9), o aumento do montante unitário indicativo em 37,5% (165 €/hectare), e o alargamento da elegibilidade aos produtores de milho silagem que comercializem através de Organizações de Produtores de carne, com alteração da dotação financeira indicativa anual e total, que aumenta de 17.577.000,00€ para 20.118.375,00€ no total do Fundo;

- **Pagamento à multiplicação de sementes certificadas** (A.1.2.10), ocorreu a introdução de uma majoração de 20% para a produção de semente produzida em modo de produção biológico.

Ainda no Eixo A, mas no domínio A.2 – Equidade, o «**Pagamento aos pequenos agricultores**» (A.2.1), sem implicações no plano financeiro (apesar da previsão de um aumento de procura pelo apoio), sofrerá um alargamento das bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo de 15% para 25%. O apoio por agricultor continuará modulado por escalões de hectares elegíveis e fixado de forma indicativa em 500€, 850€ e 1050€, respetivamente para explorações entre 0,5 e 1 hectare elegível, entre mais de 1 e 2 hectares elegíveis, e com mais de 2 hectares elegíveis. O valor unitário médio mantém-se nos 770€ por agricultor. No que se refere ao «**Apoio redistributivo complementar**» (A.2.2), também sem quaisquer implicações no plano financeiro, sofrerá igualmente um alargamento das bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo de 15% para 25% (120€/hectare +/-25%), atribuído até ao máximo de 20 hectares elegíveis por exploração agrícola que não exceda 100 hectares elegíveis.

No Domínio A.3 - Sustentabilidade (Ecorregimes), do Eixo A, no ecorregime «**Manejo da Pastagem Permanente**», A.3.3.1, a epizootia passou a ser considerada como uma situação semelhante à de seca extrema ou severa, permitindo, quando reconhecida pelas autoridades nacionais competentes, a derrogação do nível de encabeçamento para 0,100 CN/ha de superfície forrageira, ao invés de 0,200 CN/ha.

No ecorregime «**Promoção da Fertilização Orgânica**», A.3.3.2., promoveu-se um aumento do montante unitário indicativo (MUN) para 112,50 € e aumento do montante unitário máximo para 200€, sem impacto na dotação financeira indicativa. O montante mínimo será igual ao MUN.

No ecorregime «**Bem-estar Animal e Uso racional de Antimicrobianos**», A.3.5, procedeu-se a uma simplificação administrativa. A alteração, tendo implicações no plano financeiro devido à eliminação

de montantes unitários (conjugação de tipologias de apoio), não terá impacto na dotação financeira indicativa final da intervenção.

Já no ecorregime «**Práticas Promotoras da Biodiversidade**», A.3.6, foram incluídos novos elementos de interesse ecológico, sistemas de rega tradicional e vinhas em bordadura. Foram ainda aumentadas as bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo de 25% para 30% (44.8 €/hectare +/- 30%).

A quarta reprogramação do PEPAC também promoveu alterações no domínio C.1 - Gestão ambiental e climática, do Eixo C – Desenvolvimento Rural. Nas intervenções «**Conservação do solo - Pastagens Biodiversas**», C.1.1.1.1.3, «**Montados e Lameiros**», C.1.1.2.1, e «**Mosaico Agroflorestal**», C.1.1.3, as situações de epizootia também deverão passar a ser consideradas numa situação semelhante à de seca extrema ou severa, que, quando reconhecida pelas autoridades nacionais competentes, permitem que o encabeçamento seja de 0,100 CN/ha de superfície forrageira, ao invés das 0,200 CN/ha.

“Sem alterar a arquitetura dos apoios, a reprogramação introduz ajustamentos nos montantes unitários, reforça culturas como o milho e o arroz e reconhece o impacto das epizootias nos compromissos ambientais.”

No «**Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado de sobreiro, azinho ou carvalho negral, com opção de proteção da regeneração natural**», C.1.1.2.1.1, promoveu-se, sem que estejam previstas implicações no plano financeiro, um reforço da majoração no caso de porcos em regime de montanha de 25% para 50% do montante total, bem como, um reforço do nível de apoio nos dois compromissos opcionais por ajustamento dos escalões, passando os mesmos a serem os seguintes:

➤ Compromisso opcional de regeneração do montado (superfícies sob compromisso opcional): 30 €/ha no escalão até 20 ha e 24 €/ha no escalão acima dos 20 ha. ➤ Compromisso opcional de utilização de corta-mato no montado (superfícies sob compromisso opcional): 26 €/ha no escalão até 20 ha; 20 €/ha no escalão acima de 20 ha e até 40 ha; e, 10 €/ha no escalão acima de 40 ha.	de ervas daninhas, sejam regeneradas em termos da sua capacidade produtiva, com compromissos relativos a práticas como a falsa sementeira e o não recurso ao controlo químico. O montante indicativo do pagamento pela prática da regeneração produtiva do arroz será igual ao montante do grupo de pagamento do arroz, pago anualmente com base no número de hectares elegíveis, até um limite de 33% da superfície elegível para o pagamento para o arroz.	baldio», D.2.1.1.1, do Apoio Zonal Peneda-Gerês e «Gestão do pastoreio em áreas de baldio do Barroso», D.2.3.2, da Gestão Integrada em zonas críticas, também nestas intervenções, as situações de epizootia deverão passar a ser consideradas numa situação semelhante à de seca extrema ou severa, que, quando reconhecida pelas autoridades nacionais competentes, permitem que o encabeçamento seja de 0,100 CN/ha de superfície forrageira, ao invés das
--	---	--



A quarta reprogramação do PEPAC não se esgotou nos apoios diretos aos agricultores, tendo-se estendido aos programas sectoriais das frutas e hortícolas, do vinho e da apicultura e à integração dos compromissos do PDR2020, num esforço de ajustamento financeiro e de continuidade de obrigações assumidas.

Na «**Manutenção de Raças Autóctones**», C.1.1.4, é promovido um alargamento da majoração existente (duplicação do apoio) para as fêmeas primíparas aos suínos e ovinos e caprinos autóctones classificados com o grau de ameaça «Rara».

Nas intervenções «**Produção integrada (PRODI) - Culturas agrícolas**», C.1.1.7, e «**Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)**», C.1.1.8, a densidade das culturas permanentes foi passada de condição de acesso para compromisso; e nas parcelas sistematizadas para o cultivo de arroz, é promovida a possibilidade de regeneração produtiva do arroz, com o objetivo de permitir que as áreas que, estando preparadas e habitualmente utilizadas para o cultivo de arroz sejam retiradas da produção por motivos sanitários devido à proliferação

Para ambas as intervenções, acima referidas, é ainda clarificado que os elementos lineares em orizicultura são considerados para efeitos de pagamento, dado que os mesmos são essenciais para o sistema de produção.

Nas intervenções «**Apoio às zonas com condicionantes naturais**», C.1.2.1, e «**Pagamentos Rede Natura**», C.1.2.2, as situações de epizootia também deverão passar a ser consideradas numa situação semelhante à de seca extrema ou severa, que, quando reconhecida pelas autoridades nacionais competentes, permitem que o encabeçamento seja de 0,100 CN/ha de superfície forrageira, ao invés das 0,200 CN/ha.

No domínio D.2 - Programa de Ação em Áreas Sensíveis, do EIXO D - Abordagem Territorial Integrada, nas intervenções «**Gestão de pastoreio em áreas de**

0,200 CN/ha.

A finalizar, importa referir que a quarta reprogramação do PEPAC, abrangeu outras alterações de expressão significativa não ligadas a intervenções objeto de apoios no âmbito do Pedido Único de Ajudas, referentes no que concerne ao Continente, ao Eixo B – Abordagem sectorial integrada, incluindo alterações nos domínios B.1 – Programa nacional para apoio ao sector da fruta e dos produtos hortícolas; B.2 – Programa nacional para apoio ao sector da apicultura e B.3 – Programa nacional para apoio ao sector vitivinícola. Foram ainda promovidas diversas alterações com o objetivo de acomodar o *overbooking* de um vasto conjunto de medidas transitadas do PDR2020, cujo pagamento dos compromissos assumidos passaram a ser efetuados através do PEPAC. ●

TODOS TÊM A GANHAR !

Diminuição do custo da alimentação,
segurança digestiva, diminuição da
produção de amoníaco, metano e,
consequentemente da pegada de carbono



Vivactiv'[®] Comprometidos em produzir melhor

Porque só temos um planeta, a gama VIVACTIV'[®], solução nutricional para ruminantes, assegura a alimentação dos humanos ao permitir produzir mais leite e carne, reduzindo o desperdício dos recursos e a pegada ambiental.

Os ensaios realizados comprovaram que o VIVACTIV'[®] melhora a valorização das matérias-primas e das forragens, aumentando a rentabilidade da produção.



TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI

1. SEDE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA

No Alto Minho, a agricultura continua a desempenhar um papel essencial na economia local, na ocupação do território e na preservação da paisagem. É neste contexto que a Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca assume, há 50 anos, uma função central no apoio aos produtores, na organização da produção e na valorização dos produtos locais. Com sede em Arcos de Valdevez e intervenção nos concelhos de Arcos de

Valdevez e Ponte da Barca, a cooperativa apoia cerca de 2.600 associados e desenvolve um volume de negócios superior a 1.800 mil euros. Num território de montanha, em grande parte integrado no Parque Natural da Peneda-Gerês, onde a dispersão geográfica e as condicionantes naturais aumentam os desafios à produção e à comercialização, a sua ação tem sido determinante para assegurar escala, proximidade e serviços especializados aos agricultores.

A atividade agrícola da região assenta sobretudo na pecuária extensiva e na produção de culturas tradicionais, com destaque para a valorização de raças autóctones e de produtos de origem, como a carne Cachena DOP, símbolo da identidade agroalimentar local. Para além do apoio técnico e do fornecimento de fatores de produção, a Cooperativa desempenha um papel relevante na dinamização económica, na fixação da atividade agrícola e na coesão social do território. Nesta entrevista, o Presidente da Cooperativa reflete sobre o percurso da instituição, os desafios atuais do sector e as prioridades para o futuro da agricultura na região.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca

[CONTACTOS]

Morada: Rua Soares Pereira, 26

4974-010, Arcos de Valdevez

Telefone: +351 258 510 200

Email: geral@cooparcosbarca.com

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração

A Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca celebra este ano 50 anos de existência. Que significado assume esta data para a Cooperativa, para os seus associados e para o território onde se insere?

Os 50 anos da Cooperativa representam um marco histórico muito relevante. Não estamos a falar apenas de meio século de



2. ADELINO ESTEVES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

existência formal, mas de uma instituição que resulta de uma história ainda mais longa, iniciada com o antigo Grémio da Lavoura. Na prática, esta casa está ao serviço da agricultura e do território há quase um século.

Hoje, a Cooperativa emprega cerca de 25 trabalhadores e desempenha um papel fundamental na dinamização da atividade agrícola, mas também no desenvolvimento económico e social da região. Vejo a Cooperativa como uma necessidade do território, sobretudo num sector tão essencial como o primário. Tudo começa na terra e tudo depende da terra. Os acontecimentos recentes, como a pandemia ou os fenómenos climáticos extremos que temos assistido noutras regiões do País, mostram-nos bem a importância estratégica da agricultura, até numa perspetiva de sobrevivência. Muitas vezes damos prioridade a matérias que pouco dizem ao futuro, quando a agricultura deveria ser uma componente essencial da educação, porque todos somos consumidores. Falar de agricultura é falar de gestão do território, de prevenção de riscos, de equilíbrio ambiental e de economia local. Se os terrenos estivessem cuidados e cultivados, muitas das catástrofes que hoje exigem milhões em investimentos públicos poderiam ser evitadas.

Celebrar estes 50 anos é reconhecer esse papel e reforçar a responsabilidade de continuar a servir os agricultores e a comunidade.

Dada a importância que o sector agroalimentar assume em termos de economia, é essencial assumi-lo como um desígnio nacional por excelência na definição da estratégia de desenvolvimento do País? Sem qualquer dúvida. A agricultura é um

sector absolutamente estratégico e deveria ser encarada como tal nas políticas públicas e também na educação. A agricultura está na base da alimentação e da sobrevivência das populações, mas ela é também gestão do território, é ambiente, é prevenção de riscos, é coesão social e territorial. Podemos ter tecnologia e inovação, mas continuamos a depender da terra para nos alimentarmos. Alimentamo-nos do que a terra produz.

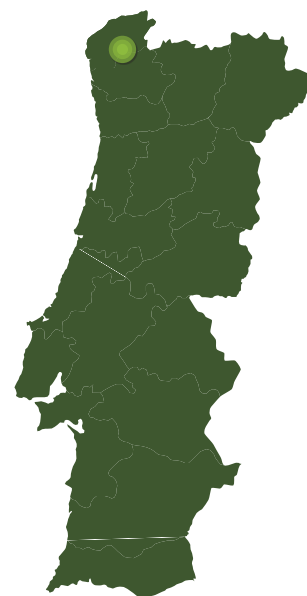
É um bem de primeira necessidade e tem de ser encarado como um sector estratégico nacional. Num território envelhecido e cada vez mais desertificado, só conseguimos fixar pessoas se valorizarmos a produção local — seja hortícola, pecuária, apícola ou florestal. As decisões não podem continuar a ser tomadas apenas em gabinetes, longe da realidade. É no terreno que se percebe o que é possível executar.

As Cooperativas têm aqui um papel determinante, porque agregam conhecimento, experiência e proximidade aos agricultores. Se quisermos um futuro sustentável, temos de ouvir quem trabalha a terra e alinhar políticas públicas com a realidade do território.

Tomou posse como Presidente do Conselho de Administração em outubro de 2025. Quais são as principais prioridades e objetivos definidos para este mandato?

Uma das grandes prioridades deste mandato é devolver rendimento e viabilidade económica à atividade agrícola no nosso território, respeitando a sua identidade e as suas características próprias. Costumo dizer que “o futuro é o passado”, no sentido em que precisamos de recuperar modelos de produção diversificados, equilibrados e adaptados ao território, que no passado garantiam rendimento às famílias agrícolas e hoje se perderam. Durante muitos anos incentivou-se a monocultura e projetos desligados da realidade local, muitas vezes pensados por quem não conhece o território. O resultado está à vista: muitos jovens entraram na atividade agrícola, mas poucos permaneceram, porque não conseguiram rendimento nem estabilidade. O nosso caminho passa por apoiar sistemas produtivos diversificados — combinando culturas agrícolas, pecuária, pomares tradicionais e transformação agroalimentar — capazes de gerar valor ao longo do ano e reduzir riscos. Nesse contexto, uma prioridade clara é a valorização comercial da produção local. Estamos a trabalhar no desenvolvimento de uma loja online da Cooperativa, assente em produtos

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA

sazonais e genuínos do território, como o feijão tarrestre, a batata, a couve, a laranja ou outros produtos emblemáticos. Não pretendemos produzir em massa, mas sim oferecer produtos diferenciados, de época e com identidade, garantindo melhores preços ao produtor e uma experiência de qualidade ao consumidor.

Este projeto permitirá também recuperar produções tradicionais, incentivar novos produtores e manter o valor gerado na região, reforçando a ligação entre agricultura, turismo, identidade local e economia rural. Paralelamente, queremos aprofundar o trabalho de organização territorial da produção, identificando quais as culturas mais adequadas a cada zona, tendo em conta o microclima, o solo e a história agrícola local. No fundo, o grande objetivo deste mandato é provar que é possível fazer agricultura neste território com dignidade, rendimento e futuro, respeitando o ambiente, valorizando quem produz e garantindo que deixamos um legado sólido às próximas gerações.

A agricultura na região de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca apresenta especificidades muito próprias, associadas à agricultura familiar, à pecuária

extensiva e às zonas de montanha. Como caracteriza o estado atual da agricultura na área social da Cooperativa e quais são hoje as atividades mais representativas?

A atividade predominante é claramente a pecuária, sobretudo nas zonas de serra. Esta atividade é essencial não só do ponto de vista económico, mas também na preservação do território e na redução do risco de incêndio, através do pastoreio. No entanto, existem muitos entraves. O licenciamento das explorações é extremamente difícil, em particular no contexto do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Isso leva, infelizmente, à proliferação de estruturas clandestinas, porque as pessoas precisam de sobreviver. Defendo que deve haver licenciamento, mas com enquadramento paisagístico e bom senso. Outro problema sério são os ataques do lobo. Os pastores são, paradoxalmente, os principais defensores do lobo ibérico e dos ecossistemas, mas o sistema de indemnizações é burocrático e muitas vezes inexecutável no terreno. Tudo isto contribui para o desgaste, a desmotivação e o abandono da atividade, num território já envelhecido.

Apesar disso, temos produtos emblemáticos, como o feijão tarrestre, que é um estandarte da Cooperativa e que estamos a valorizar cada vez mais, inclusive através de novos produtos transformados.

Como avalia o papel económico e social da Cooperativa na sua área social?

A Cooperativa tem um papel estruturante. É um agente de proximidade, que organiza a produção, apoia os agricultores, valoriza rendimentos e contribui para a coesão territorial. Sem a Cooperativa, muitos produtores isolados não teriam qualquer capacidade de escoamento ou valorização dos seus produtos.

O nosso objetivo é manter o valor no território, criar rendimento local e evitar o abandono. Se tivermos produtores fortes, teremos uma Cooperativa forte. E uma Cooperativa forte é um pilar do desenvolvimento económico e social da região.

A Cooperativa tem uma forte ligação à valorização de produtos de qualidade e de origem, nomeadamente através da Carne Cachena DOP e das raças autóctones. Que importância assume esta aposta na diferenciação e na certificação para o futuro da agricultura da região?

A Carne Cachena DOP é um excelente exemplo do que a diferenciação pode

fazer. A Cooperativa teve um papel determinante neste processo, em articulação com outras entidades, e hoje existe mais procura do que oferta, o que permitiu melhorar o pagamento ao produtor.

Nunca será um produto de grande escala, nem deve ser. É um nicho de mercado, mas com valor acrescentado. O mais importante é garantir rendimento a quem produz. Sem rendimento não há motivação, não há continuidade, não há futuro.

O mesmo se aplica a outros produtos do território. A prioridade da Cooperativa é o produtor. Se ele estiver bem, tudo o resto funciona.

de Baldios de Arcos de Valdevez e da promoção de ações de fogo controlado. Que relevância tem esta intervenção para a prevenção de incêndios, para a sustentabilidade florestal e para o desenvolvimento rural?

É uma intervenção absolutamente fundamental. Gerimos cerca de 1.800 hectares de baldios e trabalhamos em estreita articulação com os bombeiros e as populações locais. As decisões são tomadas após ouvir os compartes e identificar as reais necessidades do território.

O fogo controlado, quando bem planeado, permite recuperar áreas improdutivas, criar



3. INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA NA ZONA INDUSTRIAL

As cooperativas agrícolas desempenham um papel essencial no apoio à produção, na coesão territorial e no desenvolvimento económico e social das regiões rurais. Considera que este papel está hoje devidamente reconhecido nas políticas públicas e que medidas seriam importantes para o reforçar?

Nem sempre. Muitas vezes o discurso político reconhece esse papel, mas na prática as medidas não surgem ou acabam por penalizar quem está no terreno. Tivemos exemplos muito graves, como decisões que retiraram apoios a práticas ancestrais de pastoreio em baldios, que são, na verdade, das formas mais sustentáveis de produção existentes. Acredito que a solução dos territórios passa pelas cooperativas, porque são estruturas que integram todas as atividades e conhecem a realidade local. Se lhes for dada a confiança e condições para agir, são capazes de gerir o território de forma eficiente, sustentável e económica.

Nos últimos anos, a Cooperativa tem assumido também um papel ativo na gestão do território, nomeadamente através da liderança do Agrupamento

de pastagem e reduzir o risco de grandes incêndios. Sabemos que este trabalho incomoda interesses instalados, mas o mais importante são as pessoas e a segurança do território.

Queremos ir além das obrigações mínimas dos projetos, apostar numa estratégia integrada e garantir que as mais-valias, incluindo futuras oportunidades como créditos de carbono ou biodiversidade, fiquem no território.

O sector agrícola e florestal enfrenta hoje desafios complexos, como as alterações climáticas, a gestão dos espaços florestais, a pressão sobre os rendimentos e a renovação geracional. Que medidas ou políticas considera prioritárias para responder a estes desafios?

É urgente reduzir a burocracia. Hoje, muitas vezes, o rótulo é mais importante do que a qualidade do produto. Os agricultores perdem-se em papéis e regulamentos que não fazem sentido no terreno, afastando as pessoas da atividade agrícola.

Quem define as regras tem de conhecer a realidade local. Não podemos continuar a aplicar modelos uniformes a territórios tão



4. LOJA DA COOPERATIVA NA SEDE



5. LOJA DA COOPERATIVA NA ZONA INDUSTRIAL

diversos. A produção genuína, adaptada ao território, é a que faz a diferença. Se continuarmos a impor soluções desenhadas longe daqui, continuaremos a destruir património, paisagem e atividade económica.

Ao mesmo tempo, é fundamental garantir rendimentos dignos aos produtores. Sem rentabilidade não há renovação geracional, e sem jovens agricultores não há futuro para os territórios rurais. As políticas públicas devem, por isso, assegurar estabilidade e previsibilidade nos apoios, simplificação administrativa e instrumentos que valorizem efetivamente quem produz.

Esteve recentemente em Bruxelas, integrado na comitiva da CONFAGRI, numa manifestação contra a proposta da Comissão Europeia para a PAC pós-2027. Que leitura faz desta proposta e que impactos considera que poderá ter no futuro da agricultura, da soberania alimentar e dos territórios rurais?

A proposta é profundamente preocupante. Ao concentrar os apoios num grande fundo comum, quem tem mais poder económico acabará por ficar com a maior fatia. O sector agrícola, que já é frágil, ficará ainda mais vulnerável.

A abertura a acordos como o Mercosul agrava a situação, criando concorrência desleal com produtos que não cumprem as mesmas regras ambientais, sanitárias e sociais. Isto coloca em causa a soberania alimentar num contexto geopolítico extremamente instável.

Este deveria ser o momento de reforçar a produção interna, reduzir dependências externas e valorizar os nossos agricultores. Infelizmente, vemos muitas decisões marcadas por interesses e ganância, que comprometem o futuro dos territórios rurais.

Como avalia a relação da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca com a CONFAGRI e que importância atribui ao papel da Confederação na representação e defesa do sector agroalimentar?

A relação com a CONFAGRI é muito positiva. É um parceiro estratégico e existe um trabalho de grande proximidade e confiança mútua. Através da Cooperativa, a CONFAGRI está bem representada no território e a Confederação tem sido um apoio fundamental na representação do sector e na articulação com as políticas nacionais e europeias.

É um exemplo de como a articulação entre estruturas pode funcionar. Se este modelo fosse seguido também ao nível governativo, muitos dos problemas que enfrentamos hoje poderiam ser evitados.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos associados da Cooperativa, aos parceiros institucionais e à população em geral, neste ano simbólico em que se celebram os 50 anos da Cooperativa agrícola?

Neste ano em que celebramos 50 anos de existência, a primeira palavra é de agradecimento. Aos associados que, ao longo de décadas, confiaram na Cooperativa, participaram ativamente na sua vida e acreditaram na força do modelo cooperativo. Foram eles que construíram esta casa comum.

Uma palavra também para os colaboradores, parceiros institucionais e entidades públicas que têm caminhado connosco, contribuindo para consolidar um projeto que é económico, mas também social e territorial.

Estes 50 anos não são apenas um marco histórico — são, sobretudo, um compromisso com o futuro. Queremos continuar a ser uma Cooperativa próxima dos produtores, capaz de responder aos seus desafios, de valorizar os produtos da região e de contribuir para a sustentabilidade do território. O nosso compromisso é manter esta casa viva, ativa e ao serviço da agricultura por muitas décadas mais. Celebramos 50 anos com orgulho, responsabilidade e uma enorme vontade de construir o futuro. ●



6. SECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES PECUÁRIOS DA COOPERATIVA



PLANO NACIONAL DE RESTAURO DA NATUREZA

PONTO DE SITUAÇÃO DOS TRABALHOS NACIONAIS

O Regulamento (UE)2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho, determina que os Estados-Membros devem avaliar o estado de conservação dos ecossistemas, construindo um cenário de referência e desenhar medidas para atingir as metas definidas no regulamento, constituindo assim um Plano Nacional de Restauro da Natureza (PNRN).

TEXTO

ANTÓNIO CLÁUDIO HEITOR

 CONFAGRI

Nesta fase dos trabalhos, estão a ser contruídos os Relatórios Técnicos de Base para todos os grupos de ecossistemas e foram criados subgrupos temáticos com o objetivo de avaliar os indicadores, a situação de referência e propor as medidas. Foram

já publicados 4 diagnósticos (disponíveis no portal do restauro)¹, relativos aos Ecossistemas Agrícolas, aos Florestais, aos Urbanos e à Conectividade Fluvial. Da análise dos documentos, destacam-se algumas questões estruturais, relativas à construção de um cenário de referência

e ao sistema de monitorização capaz de avaliar a implementação e a conformidade das medidas propostas.

Relatório Técnico de Base Ecossistemas Agrícolas

Conclui a equipa responsável pelo relatório que estes indicadores (e os sistemas de monitorização associados) não são passíveis de serem usados de forma direta, pois ou existem lacunas de informação, ou séries demasiado curtas, ou dificuldade de monitorização regular e fiável, ou deficiente mapeamento ou ainda alguma condicionalidade de aplicação pois exigem levantamentos “de campo”. O relatório identifica três condicionantes fundamentais para a prossecução dos trabalhos:

1. Impossibilidade de definição de um cenário de referência (baseline), uma vez que é difícil determinar a localização exata dos valores naturais em causa;
2. Inexistência de um sistema de Monitorização Nacional para evolução do estado de conservação dos ecossistemas. Reconhecem ainda a lacuna inerente à pouca disponibilidade de recursos humanos e capacidade técnica para implementar tal sistema;
3. Necessidade de assegurar financiamento no horizonte de execução do Plano Nacional de Restauro de Natureza para assegurar a recolha de informação.

Relatório Técnico de Base Ecossistemas Florestais

Conclui a equipa responsável que a disponibilidade de dados entre indicadores e regiões varia de forma tão significativa, que o estabelecimento de cenários de referência robustos está condicionada. Identifica ainda três condicionantes fundamentais para a prossecução dos trabalhos:

1. A ausência de um sistema nacional de monitorização de solos, a desatualização de inventários florestais, a inexistência de dados padronizados para conectividade florestal e a cobertura limitada do Censo de Aves Comuns dificultam o estabelecimento de valores de referência cientificamente sólidos e os respetivos indicadores, o que fragiliza os cenários de referência a construir;
2. As diferenças metodológicas entre territórios, comprometem a comparabilidade espacial e temporal dos dados;

3. Inexistência de um sistema integrado de monitorização que assegure a recolha sistemática de informação, a capacitação técnica e o financiamento até 2050.

Relatório Técnico de Base Conectividade Natural dos Rios e das Funções Naturais das Planícies Aluviais Conexas

A equipa responsável definiu uma metodologia para identificar os cursos de água prioritários, concentrando-se particularmente nos sectores terminais dos principais cursos de água com conexão direta ao oceano. Esta identificação teve em linha de conta o estado ecológico, as espécies piscícolas dulçaquícolas e diá-dromas, a qualidade da água, a densidade de barreiras, a classificação Rede Natura e o potencial de recuperação ecológica. O trabalho desta equipa conclui que:

- Existem lacunas significativas no inventário de barreiras, o que obriga a complementar a informação remota com trabalho de verificação de campo. A informação digital é comprometida pela densidade de vegetação ripícola, a ausência de caudal em períodos estí-vais e a qualidade heterogénea das imagens de satélite;
- Há limitações nas bases de dados de ocorrência de espécies piscícolas;
- A articulação com as estratégias sectoriais em desenvolvimento requer a integração nas análises de priorização, para evitar investimentos em restauro em troços que poderão ser posteriormente afetados por novas infraestruturas de grande dimensão.

A implementação eficaz do Regulamento dependerá fundamentalmente da capacidade de completar o inventário de barreiras por meio de campanhas sistemáticas de campo, atualizar as bases de dados de biodiversidade aquática e estabelecer mecanismos de coordenação entre as políticas de restauro e de ordenamento territorial que assegurem a coerência de longo prazo das intervenções previstas.

Relatório Técnico de Base Ecossistemas Urbanos

Usando a metodologia descrita no regulamento, os resultados obtidos evidenciam vários tipos de limitações e desafios face à implementação do regulamento, a sua monitorização fundamentada cientificamente e o reporte sistemático até 2050,

nomeadamente devido:

- À abordagem estatística, que embora permita uma uniformização europeia, ignora a realidade material do território e o regime de uso do solo dos Planos Diretores Municipais. Tal desconexão resulta na classificação como urbanas de freguesias que podem incluir extensas áreas agroflorestais. Para além disso, áreas já classificadas nos PDM como solo urbano edificável são contabilizadas como espaços verdes urbanos;
- Ao produto Tree Cover Density do Copernicus (TCD) revelar-se inadequado para caracterizar a vegetação em contextos urbanos densos e fragmentados, onde a arborização se apresenta dispersa entre infraestruturas e edificações.

Face a este diagnóstico, conclui a equipa sugerir à Comissão Europeia soluções específicas que endereçam cada uma das limitações identificadas:

- Excluir da contabilização de Espaços Verdes urbanos as áreas que nos Instrumentos de Gestão Territorial (designadamente PDM) estão já classificadas como solo urbano a edificar, reconhecendo não apenas a realidade material, mas também a programação efetiva e o destino já definido no uso e ocupação do solo;
- Integrar o *Woody Vegetation Layer* para quantificação mais precisa do coberto arbóreo, ultrapassando as limitações de resolução do TCD.

Todos estes relatórios identificam assim falhas que podem comprometer a aplicação do regulamento à realidade nacional, quer por lacunas de informação de base robusta e precisa, quer por inexistência de um sistema de monitorização capaz de assegurar e validar o cumprimento das metas.

Para breve serão publicados os relatórios finais de todos os grupos de trabalho, incluindo o do financiamento, que estarão em discussão pública em março deste ano e a submissão do plano nacional deverá acontecer em agosto. ●

1 Relatórios disponíveis no Portal do Restauro da Natureza :

<https://restauronatureza.icnf.pt/>

IMPACTO SOCIOECONÓMICO DAS ADEGAS COOPERATIVAS EM PORTUGAL

TEXTO

TERESA MATA

FENADEGAS



As Adegas Cooperativas desempenham um papel estruturante no sector vitivinícola português, conjugando atividade económica, coesão territorial e sustentabilidade social. Muito para além da sua função produtiva, estas entidades constituem um elo fundamental entre milhares de viticultores, os mercados e os territórios rurais onde se inserem.

É neste contexto que a FENADEGAS promoveu a realização de um estudo, desenvolvido pela Nova SBE, com o objetivo de avaliar o impacto socioeconómico das Adegas Cooperativas em Portugal

no ano de 2023, considerando os seus efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia nacional.

As Adegas Cooperativas desempenham um papel que ultrapassa a sua função produtiva direta. Para além de agentes económicos relevantes na vitivinicultura, assumem um papel determinante na dinamização das economias locais, na criação e manutenção de emprego e na valorização dos territórios rurais. A sua forte implantação territorial e a ligação a milhares de pequenos e médios viticultores fazem das Adegas Cooperativas um pilar essencial da cadeia de valor do

vinho em Portugal, contribuindo para a sustentabilidade económica e social de vastas regiões do país.

Peso das Adegas Cooperativas na Indústria do Vinho

Em 2023, os indicadores macroeconómicos evidenciam a dimensão e a relevância da atividade das Adegas Cooperativas. O sector registou um volume de negócios de 454,43 milhões de euros e uma produção de 434,90 milhões de euros. Em termos de criação de riqueza, gerou 110,9 milhões de euros de Valor Acrescentado Bruto (VAB), com remunerações que atingiram

TABELA 1 Indicadores Macroeconómicos – Adegas Cooperativas (2023)

INDICADOR	ADEGAS COOPERATIVAS	PESO NA INDÚSTRIA DO VINHO (%)
Volume de Negócios	454,43 M€	21,75
Produção	434,90 M€	20,88
VAB	110,90 M€	20,88
Remunerações	37,28 M€	17,05
Emprego (pessoal ao serviço)	1.556	12,79

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), CAE 1102 – Indústria do Vinho.

TABELA 2 Impacto Total das Adegas Cooperativas na Economia Portuguesa (2023)

INDICADOR	IMPACTO TOTAL
Emprego	25.919 indivíduos / 21.415 ETC
Remunerações	305,8 M€
Receita Fiscal	259,4 M€
VAB	728,8 M€
Produção	1.770,2 M€
Contributo para o PIB Nacional	869,4 M€

Fonte: Cálculos da equipa (efeitos direto, indireto e induzido).
ETC – Equivalente a Tempo Completo.

TABELA 3 Receita Fiscal Gerada pelas Adegas Cooperativas (2023)

TIPO DE RECEITA	VALOR
IVA	127,5 M€
Segurança Social	66,7 M€
IRS	42,6 M€
IRC	22,6 M€
Total	259,4 M€

Fonte: Cálculos da equipa.

os 37,28 milhões de euros, empregando diretamente 1.556 trabalhadores.

A análise comparativa com a Indústria do Vinho no seu conjunto demonstra o peso expressivo das Adegas Cooperativas, conforme apresentado na tabela 1.

Contributo para a Economia Nacional

A avaliação do impacto económico total, integrando os efeitos diretos, indiretos e induzidos através da matriz *Input-Output* da economia portuguesa e da ferramenta eTrace, demonstra que o contributo das Adegas Cooperativas para a economia nacional é significativo. Em 2023, este impacto correspondeu a cerca de 0,32% do Produto Interno Bruto, refletindo a importância estratégica do sector para o desenvolvimento económico e social do país.

O impacto global da atividade das Adegas

Cooperativas traduz-se nos indicadores apresentados na tabela 2.

Os resultados evidenciam ainda que as Adegas Cooperativas apresentam **multiplicadores económicos superiores à média nacional** e a outros sectores relevantes, como a Agricultura e o sector das Bebidas, reforçando o seu papel enquanto motor de dinamização económica.

Efeito de Arrastamento e Impacto Fiscal

A atividade das Adegas Cooperativas gera um forte efeito de arrastamento económico, impulsionando sectores diretamente ligados à produção vitivinícola, como a agricultura, a indústria das bebidas, o vidro, a madeira, os produtos químicos e os serviços logísticos. Paralelamente, os efeitos indiretos e induzidos estendem-se a um vasto conjunto de atividades económicas, nomeadamente a restauração, o

comércio por grosso e a retalho, a energia, os transportes, o alojamento, os serviços financeiros, os serviços imobiliários, a saúde, a educação e outros serviços associados ao consumo das famílias.

Este impacto económico reflete-se igualmente num **contributo fiscal relevante para o Estado**, conforme apresentado na tabela 3.

Coesão Territorial e Desenvolvimento Rural

Para além da sua relevância económica, as Adegas Cooperativas assumem um papel central na coesão territorial. Com presença em todo o território nacional, funcionam como âncoras económicas e sociais em múltiplas regiões rurais, garantindo a continuidade da atividade vitivinícola, assegurando rendimento aos produtores associados e sustentando o emprego local.

A sua atuação contribui para equilibrar o desenvolvimento regional, valorizar os territórios e mitigar riscos de despovoamento e perda de atividade económica. Em Portugal, as Adegas Cooperativas são mais do que estruturas de produção: são o elo que une milhares de viticultores e garante a continuidade da atividade em vastas regiões do país, reforçando a sustentabilidade económica, social e territorial do sector vitivinícola nacional.

Metodologia do Estudo

O estudo baseou-se na realização de um inquérito direto às Adegas Cooperativas, complementado com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES). A avaliação dos impactos económicos foi efetuada com recurso à matriz *Input-Output* da economia portuguesa e à ferramenta eTrace, permitindo estimar os efeitos diretos, indiretos e induzidos da atividade das Adegas Cooperativas. ●

FICHA TÉCNICA

Coordenação: João B. Duarte; Pedro Brinca

Autores: João B. Duarte; Mário Gonçalves; Terciane Carvalho; Vinícius Vale

Estudo desenvolvido pela: Nova SBE, para a FENADEGAS.

Apoio: Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), Caixa de Crédito Agrícola.

ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS 2026: CONFAGRI REAFIRMA CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DO SECTOR AGROALIMENTAR NUM TEMPO DE DECISÕES EUROPEIAS



TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

1. ASPETO GERAL DA SALA DO ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS 2026

A CONFAGRI realizou nos passados dias 12 e 13 de fevereiro, em Mortágua, a 12ª edição do seu “Encontro Nacional de Técnicos” que reuniu mais de 600 Técnicos e Dirigentes das Entidades Associadas e Protocoladas com a Confederação, tendo contado com a presença do Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes.

Ao longo de dois dias intensos de trabalho, debate e partilha, dirigentes, técnicos, representantes institucionais e decisores políticos analisaram os grandes desafios que hoje se colocam à

agricultura portuguesa: mais do que um encontro operacional em torno do Pedido Único, a edição de 2026 consolidou-se como um verdadeiro fórum de debate sobre o futuro da Política Agrícola Comum, os

desafios geopolíticos, a coesão territorial, a renovação geracional, os impactos das recentes intempéries e a necessidade de estabilidade e previsibilidade num contexto particularmente exigente e determinante para

o futuro do sector, e em que se discutem igualmente as bases do próximo quadro financeiro plurianual europeu. O formato incluiu painéis temáticos, sessões paralelas de aprofundamento técnico e uma mesa-redonda de enquadramento estratégico, refletindo a dimensão operacional e política do encontro.

Sessão de abertura: estabilidade, diálogo e compromisso com o terreno

A sessão de abertura foi marcada por uma intervenção de enquadramento do Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra que começou por situar o encontro num contexto particularmente exigente para a agricultura portuguesa. As recentes intempéries deixaram marcas profundas em várias regiões, com prejuízos significativos na suinicultura, em estufas, na produção leiteira e em culturas permanentes e temporárias. A CONFAGRI, afirmou, “está atenta e empenhada em articular respostas eficazes”, em cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com todas as entidades competentes. Mas o foco central da intervenção de Nuno Serra esteve na campanha do Pedido Único 2026. Sublinhando que o sector precisava de previsibilidade e estabilidade, o dirigente destacou o trabalho desenvolvido nos últimos meses, em articulação com o IFAP e com os organismos do Ministério, no sentido de garantir que a campanha arrancasse com condições técnicas reforçadas. O parcelário foi atualizado com novas imagens, os controlos foram carregados atempadamente, a legislação estabilizada antes do arranque e foram integradas melhorias estruturais nos sistemas, referiu.

A mensagem foi clara: é necessário quebrar um ciclo de dificuldades recentes e garantir que os apoios anuais que o Pedido Único representa cheguem aos agricultores com qualidade e no tempo devido. A criação de dois formulários de reporte em tempo real por parte da CONFAGRI foi apresentada como exemplo de compromisso com a melhoria contínua e com a identificação célere de constrangimentos.

A Intervenção de Nuno Serra ficou igualmente marcada pela valorização do papel dos técnicos enquanto rosto da organização no terreno e enquanto garante da qualidade do serviço prestado aos agricultores.

O Secretário-Geral da CONFAGRI não se limitou, contudo, à dimensão operacional. Efetuou também um enquadramento político forte relativamente aos desafios

europeus. Foram referidas as negociações comerciais com blocos como o Mercosul, Austrália, Índia ou Marrocos, alertando-se para o risco de ausência de reciprocidade nas exigências impostas aos produtores europeus. A agricultura, sublinhou, não pode ser moeda de troca em acordos internacionais, devendo ser garantida a igualdade de regras de produção e de exigências ambientais, sociais e sanitárias. A intervenção de Nuno Serra terminou com uma referência à futura Política Agrícola Comum, considerada um dos maiores desafios estratégicos para o sector nos próximos anos, e com um apelo à mobilização conjunta das organizações, das instituições públicas e dos agricultores na defesa de uma política agrícola forte e ajustada à realidade nacional.

Painéis Técnicos – Competitividade, gestão do território, apoio público e desafios estruturais

Ao longo do primeiro dia sucederam-se vários painéis temáticos que abordaram matérias estruturantes para o sector agroalimentar.

O primeiro painel do dia foi dedicado ao “Programa de apoio à redução da carga combustível através do pastoreio” e colocou em evidência o papel estratégico da pastorícia extensiva na prevenção de incêndios e na gestão sustentável do território. Moderado por Domingos Godinho e com a participação de João Vaz Pato e Eduardo Reis, Adjuntos do Gabinete do Ministério da Agricultura e Mar, o painel abordou os apoios às áreas de baldio, os apoios aos animais em regime super-extensivo em zonas suscetíveis ao fogo, bem como medidas de investimento e de instalação de novos produtores.

O debate destacou que este instrumento, financiado pelo Fundo Ambiental, valoriza a atividade agrícola como ferramenta de gestão do território, promovendo uma



2. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

abordagem integrada entre agricultura, ambiente e proteção civil. Domingos Godinho sublinhou, neste contexto, a importância de reconhecer o papel dos agricultores e pastores como agentes ativos na prevenção de riscos e na sustentabilidade das áreas rurais, constituindo um passo relevante na integração entre política agrícola e política ambiental.

Outro dos momentos centrais do primeiro dia foi o painel dedicado à condicionalidade social e as regras a cumprir pelos beneficiários, tema particularmente sensível no atual quadro regulamentar europeu e que contou com a moderação de Ana Ferreira, Assessora Jurídica da CONFAGRI e com a intervenção, como oradora, de Anabela Ferreira, Dirigente da Unidade Local de Viseu da ACT. A moderadora Ana Ferreira destacou que a nova abordagem reforça a ligação entre apoios e cumprimento das normas laborais, exigindo das organizações e dos técnicos um papel acrescido de esclarecimento e acompanhamento. O debate evidenciou ainda a necessidade de articulação entre IFAP, ACT e organizações agrícolas, garantindo que a aplicação da condicionalidade social não seja apenas sancionatória, mas também pedagógica e preventiva.



3. INTERVENIENTES DO PAINEL SOBRE O PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO DA CARGA COMBUSTÍVEL ATRAVÉS DO PASTOREIO



4. INTERVENIENTES DO PAINEL DEDICADO À CONDICIONALIDADE SOCIAL E REGRAS A CUMPRIR PELOS BENEFICIÁRIOS



5. INTERVENIENTES NO PAINEL SOBRE A QUARTA REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC E AS IMPLICAÇÕES NO PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS 2026

Ainda durante a manhã do primeiro dia realizou-se o painel “Isto é CONFAGRI”, um momento dedicado à apresentação de algumas áreas de intervenção da Confederação e dos serviços disponibilizados à sua estrutura associada, reforçando a dimensão da CONFAGRI enquanto organização de proximidade, suporte e coordenação do movimento cooperativo agrícola.

Reprogramação do PEPAC e implicações no Pedido Único 2026

O painel dedicado à quarta reprogramação do PEPAC e às implicações no Pedido Único de Ajudas analisou as alterações introduzidas e o seu impacto direto na campanha de 2026. Entre os temas abordados destacaram-se as alterações legislativas nos Pagamentos Diretos, Desenvolvimento Rural e Condicionalidade, as modificações aos formulários de candidatura do PU e respetivas recomendações técnicas, a nova gestão orçamental dos Pagamentos Diretos e as alterações aos controlos administrativos e no local.

Estes temas foram aprofundados por um painel que contou com a participação de Ana Luísa Rodrigues, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, Sónia Calção, Chefe de Divisão do GPP, Rosa Broncas, técnica da CONFAGRI, que efetuou a apre-

sentação da Coordenadora da Autoridade de Gestão do PEPAC, Fátima Leitão, Diretora da DGI-IFAP, e Isabel Monteiro, Diretora da DAD-IFAP, sob moderação de Augusto Ferreira, Coordenador Técnico da CONFAGRI. Na moderação, Augusto Ferreira sublinhou que estabilidade normativa e previsibilidade operacional são condições essenciais para uma campanha tranquila e eficaz. Recordou os constrangimentos verificados na campanha anterior, nomeadamente o atraso na integração dos relatórios de controlo, situação que teve impacto direto em agricultores concretos. Salientou, por isso, como particularmente positivo o facto de a campanha de 2026 arrancar com esses procedimentos já concluídos, o que

transmite maior confiança à rede técnica e aos beneficiários. Destacou ainda a importância de continuar a minimizar erros através da formação e do acompanhamento, mas também de garantir sensibilidade e capacidade de resolução quando surgem situações imprevistas ao longo do processo. Por sua vez, a Vice-Presidente do IFAP reafirmou o compromisso da instituição em fazer da campanha de 2026 um verdadeiro “virar de página”, após um período de transição exigente associado ao novo quadro de programação. Ana Luísa Rodrigues destacou o trabalho técnico já realizado nos últimos dias, nomeadamente a revisão atempada do parcelário, a atualização das freguesias de acordo com a nova CAOP e o carregamento integral dos controlos de campo de 2025, antes da abertura do PU. Sublinhou que, embora muitas vezes invisíveis, estes procedimentos são determinantes para assegurar clareza da informação, reduzir ineficiências e evitar constrangimentos posteriores em sede de controlo e pagamento. Reiterou ainda a importância do diálogo contínuo com a CONFAGRI e as suas equipas técnicas, assumindo como objetivo comum uma campanha organizada, previsível e centrada no serviço aos agricultores.

O painel evidenciou, assim, que a preparação técnica antecipada, a articulação entre entidades e a aprendizagem decorrente das dificuldades anteriores são fatores decisivos para garantir uma campanha do Pedido Único mais estável, transparente e orientada para resultados.

Mesa-redonda: geopolítica, mercados e competitividade

A mesa-redonda dedicada às alterações geopolíticas e aos desafios do agronegócio marcou uma inflexão conceptual no encontro, deslocando o foco para o enquadramento estratégico global da agricultura europeia.



6. INTERVENIENTES DA MESA REDONDA DEDICADA AO TEMA DAS ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS E DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

O debate contou com as intervenções de Paulo Portas, ex-Vice-Primeiro-Ministro e Jurista, Miguel Morgado, ex-Deputado e professor da Universidade Católica Portuguesa, e Sérgio Frade, CEO da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, sob moderação de Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, proporcionando uma análise abrangente sobre os desafios estratégicos que se colocam à agricultura europeia.

Foram destacados:

- A deslocação do centro económico mundial para o eixo Indo-Pacífico;
- A crescente competição global por recursos estratégicos;
- O impacto estrutural dos custos da energia na competitividade agrícola;
- A tensão entre abertura comercial e autonomia estratégica.

O debate convergiu na ideia de que a agricultura europeia não pode ser tratada como variável de ajustamento em negociações comerciais internacionais. A soberania alimentar foi afirmada como um pilar essencial da estabilidade social, económica e territorial da União Europeia.

Encerramento do primeiro dia: afirmação política e defesa da PAC

O Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, iniciou a sua intervenção reiterando que os técnicos são o verdadeiro rosto da organização no terreno. São eles, afirmou, o *front office* da CONFAGRI, aqueles que diariamente asseguram a ligação direta aos agricultores e garantem a operacionalização das políticas públicas.

Num contexto de calamidade provocada pelas intempéries, Idalino Leão reforçou que a CONFAGRI está atenta e solidária, em articulação com a Associação Nacional de Municípios e pronta para operacionalizar mecanismos de apoio assim que estejam definidas as formas de intervenção.

A intervenção ganhou depois um tom mais estrutural relativamente ao futuro da Política Agrícola Comum. Idalino Leão foi claro ao manifestar profunda preocupação com a proposta europeia de criação de um fundo único que agregue agricultura e coesão. Alertou para o risco de diluição dos dois pilares da PAC e para o que considerou serem cortes encapitados através de um “embrulho” financeiro que mascara reduções orçamentais.

Recordou que, no dia 18 de dezembro, as organizações agrícolas e cooperativas dos 27 Estados-membros se manifestaram contra a proposta, sublinhando que raramente se viu uma convergência tão ampla. “Alguma coisa ela terá de errada”, afirmou, defendendo que Portugal deve manter uma posição firme na defesa de uma PAC forte, robusta e com financiamento adequado.

A crítica estendeu-se à questão da reciprocidade nos acordos comerciais e às assimetrias competitivas face a países como Espanha. Para competir no mercado único europeu, disse, é necessário assegurar condições equivalentes, nomeadamente ao nível dos custos energéticos e fiscais.

A mensagem de Idalino Leão foi clara: a agricultura não pode ser absorvida num envelope financeiro indiferenciado que coloque em risco instrumentos fundamentais para a estabilidade do rendimento agrícola, para o investimento e para o desenvolvimento rural.

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL
Tractores compactos,
Fiáveis e
Robustos de
25 a 115 CV

LOVOL

PREET AVENGER

Trator compacto,
Ergonómico
e Elegante
de 20 e 26 CV



LOVOL
Mini
escavadora
FR26

LOVOL





7. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO



8. INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR, JOSÉ MANUEL FERNANDES

O responsável enfatizou ainda que a Assembleia da República deve assumir um papel mais ativo na construção de uma posição nacional forte e coerente referindo que a defesa da agricultura portuguesa exige articulação entre Governo, Parlamento e representantes em Bruxelas.

A encerrar o Presidente da CONFAGRI deixou uma nota de natureza interna, anunciando a sua candidatura às próximas eleições da CONFAGRI e reafirmando o compromisso pessoal e institucional com o sector.

Seguiu-se a intervenção do Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, que reforçou uma mensagem de estabilidade, compromisso e firmeza negocial, tanto no plano interno como europeu. Começou por deixar uma palavra de solidariedade às famílias afetadas pelas recentes tragédias e destacou a rápida resposta das estruturas públicas, sublinhando a abertura célere das plataformas de candidaturas e a aprovação já significativa de apoios, nomeadamente através de linhas de crédito destinadas às empresas agrícolas.

No plano interno, evidenciou o esforço de estabilização do Pedido Único 2026 e o trabalho desenvolvido pelo IFAP, que tem permitido maior previsibilidade e anteci-

pação de pagamentos, contribuindo para quebrar ciclos de instabilidade no sector. Salientou ainda a importância da renovação geracional, das novas medidas de apoio à pastorícia extensiva e dos instrumentos estruturantes ligados à gestão do território e à floresta.

Quanto ao futuro da Política Agrícola Comum, o Ministro reiterou que Portugal defenderá a manutenção dos dois pilares e um orçamento adequado, alertando para os riscos de renacionalização da PAC e para as desigualdades que poderiam resultar de um recurso excessivo a ajudas de Estado. Sublinhou que os agricultores produzem verdadeiros bens públicos europeus — garantindo segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e coesão territorial — e que essa dimensão estratégica deve ser reconhecida nas negociações do próximo quadro financeiro.

Destacou ainda a proposta de criação de um mecanismo europeu de resseguros para fazer face a calamidades, bem como a necessidade de reforçar o investimento em investigação, sanidade animal, inovação e gestão da água, apontando o plano “Água que Une” como exemplo de visão estrutural até 2030. Concluiu reforçando que esta será uma negociação longa e exigente, comparável a uma maratona, na qual Portugal continuará empenhado até ao fim na defesa dos seus agricultores e do mundo rural.

Segundo dia: parceria institucional

O segundo dia iniciou-se com uma intervenção de Aldina Fernandes, Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI, que reforçou a importância da previsibilidade, da estabilidade e do diálogo permanente com o sector. Sublinhou que, apesar das dificuldades, a organização mantém o compromisso de bem servir os agricultores, num espírito de cooperação institucional.

Seguiu-se a intervenção de Luís Souto Barreiros, Presidente do IFAP, que destacou o carácter singular do modelo português de delegação de funções às organizações de agricultores, afirmando tratar-se de um processo praticamente único na administração pública, em que as organizações exercem funções do Estado numa lógica de verdadeira parceria. Sublinhou que 97% das candidaturas são submetidas através da rede de organizações e que apenas 3% são feitas diretamente pelos agricultores, o que demonstra a centralidade da estrutura e a confiança consolidada neste

modelo. Enfatizou que esta relação histórica entre o IFAP e a CONFAGRI tem sido determinante para garantir que os apoios chegam aos agricultores em tempo e que isso só foi possível graças à proximidade das organizações ao terreno, assegurando acompanhamento técnico permanente e mediação eficaz entre a administração e os produtores. Referiu ainda que o Pedido Único representa 1,15 mil milhões de euros anuais e que o sistema tem vindo a melhorar significativamente, sendo hoje o controlo administrativo responsável por apenas 0,68% de erro, resultado de um esforço de validação preventiva.

A renovação do protocolo entre IFAP e Organizações de agricultores até 2029 foi apresentada como sinal claro de confiança no modelo.

Após a abertura do segundo dia realizou-se o painel “Apoios ao Investimento e Rejuvenescimento no PEPAC: Ponto de Situação e Perspetivas Futuras”, cuja apresentação esteve a cargo de Rogério Ferreira, da Autoridade de Gestão do PEPAC Continente. O painel contou com os comentários de Arlindo Cunha, ex-Ministro da Agricultura e Professor, Jorge Henriques, Presidente da FIPA, e Francisco Toscano Rico, Presidente do Instituto da Vinha e do



9. INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI, ALDINA FERNANDES



10. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO IFAP, LUÍS SOUTO BARREIROS

Vinho, sob moderação de Leonor Lopes, do Departamento Técnico da CONFAGRI. O debate centrou-se na execução das medidas de apoio ao investimento e à instalação de jovens agricultores, na necessidade de simplificação procedimental e na importância estratégica do rejuvenescimento do sector. Foi sublinhado que o investimento produtivo e a renovação geracional são pilares essenciais para garantir competitividade, inovação e resiliência da agricultura portuguesa, exigindo estabilidade regulamentar, previsibilidade nos avisos e maior articulação entre instrumentos de apoio.

Seguiu-se o painel "O Futuro da Política Agrícola Comum", que assumiu uma dimensão marcadamente estratégica. A intervenção inicial esteve a cargo de Eduardo Diniz, Diretor-Geral do GPP, enquanto oradores participaram Paulo do Nascimento Cabral, Eurodeputado do Grupo PPE, Paulo Gouveia, Chief Policy Advisor da COPA-COGECA, Gonçalo Rodrigues, Vice-Presidente do Instituto Superior de Agronomia, Maurício Marques, Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas, e Isabel Van Zeller Basto, Representante da CONFAGRI em Bruxelas, na moderação. O debate incidiu sobre as propostas em discussão para o próximo quadro financeiro europeu, nomeadamente o risco de criação de um fundo único agregador de políticas, e sobre a necessidade de preservar uma PAC forte, autónoma e assente nos dois pilares. Os intervenientes convergiram na defesa de um orçamento robusto, de maior simplificação administrativa e de uma posição nacional coesa na negociação europeia, sublinhando que a PAC permanece um instrumento central de soberania alimentar, coesão territorial e estabilidade económica.

Cerimónia de Entrega de Prémios de Reconhecimento do Mérito 2025

A meio do segundo dia decorreu a cerimónia de entrega de Prémios de Reconhecimento do Mérito 2025, momento simbólico que



11. INTERVENIENTES NO PAINEL SOBRE OS APOIOS AO INVESTIMENTO E REJUVENESCIMENTO NO PEPAC

9ª GERAÇÃO DE TESOURA

F3020

A TESOURA ELÉCTRICA PARA OS PROFISSIONAIS

20%+ POTENTE 15%+ COMPACTA 15%+ RÁPIDA 12%+ LEVE

Evoluções F3015/ F3020

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI N356-2, nº 120 Ponte Cavaleiro 2410-854 Leiria
244 814 479 • geral@lisagri.pt • www.lisagri.pt

INFACO®

visou valorizar o desempenho, dedicação e contributo de profissionais e entidades em prol do sector e dos agricultores.

Encerramento do Segundo Dia: proximidade, responsabilidade e compromisso territorial

A sessão de encerramento do Encontro Nacional de Técnicos 2026 ficou marcada por um tom de proximidade institucional e por um apelo à responsabilidade coletiva num momento particularmente exigente para o sector agrícola.

O Secretário-Geral da CONFAGRI começou por agradecer aos colaboradores da Confederação, às entidades, dirigentes e técnicos presentes e aos oradores que participaram ao longo dos dois dias, sublinhando que o trabalho desenvolvido pela organização é necessariamente construído em articulação com estas estruturas. Destacou que o encontro não se esgota na dimensão técnica ou política, sendo também um momento de partilha e reforço interno, essencial para consolidar a identidade da CONFAGRI enquanto grande Confederação nacional.

Recordou ainda o início da campanha do Pedido Único, deixando uma mensagem de confiança na capacidade da rede técnica do Universo CONFAGRI para responder com profissionalismo e em articulação com o IFAP, o GPP e as restantes entidades públicas envolvidas.

Seguiu-se a intervenção do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, que reforçou o orgulho pela forte participação no Encontro e reiterou a disponibilidade da organização para apoiar os agricultores afetados pelas recentes intempéries.

Referindo o anúncio do Primeiro-Ministro de um PRR nacional (PTRR) para responder às calamidades, manifestou a expectativa de que os prejuízos no sector agrícola sejam devidamente considerados, sublinhando a dimensão dos estragos verificados no terreno.

Abordou ainda a necessidade de garantir condições de concorrência equilibradas no mercado único europeu, salientando que Portugal enfrenta realidades próprias e que importa assegurar maior equidade ao nível dos custos energéticos e fiscais, sobretudo face ao contexto ibérico.

Num registo mais político, voltou a defender uma posição nacional coesa na negociação europeia, apelando à mobilização de Governo, Parlamento e representantes em Bruxelas na defesa da agricultura portuguesa.



12. INTERVENIENTES DO PAINEL SOBRE O FUTURO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM



13. PAINEL DA Sessão de Encerramento com a intervenção do Vice-Presidente da CCDR-Centro, Vasco Estrela

A sessão terminou com a intervenção de Vasco Estrela, Vice-Presidente da CCDR-Centro, que destacou o papel determinante das cooperativas e dos técnicos na promoção da coesão territorial, sobretudo junto dos pequenos agricultores e dos territórios de menor densidade.

No contexto das recentes calamidades, revelou que, apenas na região Centro, foram submetidas cerca de 1.800 candidaturas relacionadas com prejuízos agrícolas, representando aproximadamente 135 milhões de euros, evidenciando a dimensão do desafio que se coloca às entidades públicas e ao sector.

Garantiu o empenho da CCDR na resposta a estas situações e salientou a importância de colocar ao serviço dos agricultores os Polos de Inovação recentemente requalificados na região, promovendo a transferência de conhecimento e a modernização do sector.

Relativamente ao futuro da Política Agrícola Comum, referiu que, caso se venha a concretizar um modelo de maior integração de fundos, será necessária uma corresponsabilização clara das autarquias e comunidades intermunicipais na definição de prioridades territoriais,

reforçando a articulação entre agricultura, coesão e desenvolvimento regional.

Uma organização preparada para os desafios que aí vêm e um encontro que reforça identidade e responsabilidade

O Encontro Nacional de Técnicos da CONFAGRI confirmou que o sector atravessa um momento decisivo.

Entre a incerteza orçamental europeia, os impactos das alterações climáticas, a necessidade de garantir rendimento aos agricultores, a renovação geracional e a defesa de condições de concorrência justas, acumulam-se os desafios.

Mas acumulam-se também os sinais de coesão, de mobilização e de clareza estratégica. Se a agricultura é economia, ambiente, coesão territorial, turismo e soberania alimentar, como foi afirmado ao longo do Encontro, então a sua defesa exige ação coordenada, competência técnica e firmeza política.

Foi essa a mensagem que ficou.

E foi essa a convicção reforçada nestes dois dias de trabalho intenso: a CONFAGRI está preparada para continuar a ser voz ativa, exigente e construtiva na defesa da agricultura portuguesa e para fazer Crescer Portugal. ●

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas,
sementes, fertilizantes, rações e batata
de semente num ponto de retoma Valorfito.

Faça como a Família Prudêncio®



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU , Sistema Integrado de Gestão de Embalagens
e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins, nº 10 - 6º A. - 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) do Médio Ave tem a sua origem na fundação, em 1913, da CCAM de Vila Nova de Famalicão, a primeira do género no Minho e uma das mais antigas de Portugal. Criada para apoiar financeiramente a agricultura e promover a solidariedade económica, a Caixa acompanhou, ao longo de mais de um século, o desenvolvimento económico e social da sua região, mantendo sempre os princípios cooperativos que caracterizam o Crédito Agrícola. Em 2010, na sequência da fusão por incorporação da CCAM de Santo Tirso, adotou a atual designação de CCAM do Médio Ave, alargando a sua área social aos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. Este processo reforçou a solidez da instituição e consolidou o seu papel enquanto banca cooperativa de proximidade, capaz de conjugar tradição, conhecimento do território e modernização dos serviços financeiros.

A área social da CCAM do Médio Ave integra um território dinâmico e diversificado do Vale do Ave, marcado por um forte tecido industrial, mas onde a agricultura continua a ter relevância económica e social, nomeadamente nas áreas da pecuária, vinho, hortícolas, frutos vermelhos, flores e agroindústria. Trata-se, em muitos casos, de uma agricultura profissional e familiar, com crescente modernização e ligação aos mercados, desempenhando um papel importante na economia local e na fixação das populações.

Com uma rede de 7 agências e 33 caixas automáticas, a CCAM do Médio Ave afirma-se como uma instituição financeira de referência local, apoiando transversal-



TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

1. SEDE DA CCAM DO MÉDIO AVE – EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO

mente os diferentes sectores de atividade, incluindo o sector agrícola e agroalimentar. Em dezembro de 2025, apresentava um ativo total líquido de 378 milhões de euros, depósitos de clientes de cerca de 341 milhões de euros e um crédito concedido de sensivelmente 167 milhões de euros, dos quais cerca de 12% destinados a atividades direta ou indiretamente ligadas à agricultura. É neste enquadramento que publicamos a presente entrevista ao Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Médio Ave, que reflete sobre o papel da banca cooperativa, a proximidade às comunidades e os desafios do território.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave

[CONTACTOS]

Morada: Rua D. Fernando, 173
4760-138 Vila Nova de Famalicão

Telefone: +351 252 501 862
Email: medioave@creditoagricola.pt



2. ANTÓNIO ABREU, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração

A CCAM do Médio Ave é hoje uma instituição com uma forte implantação num território dinâmico e diversificado, marcado pela indústria, pelos serviços e também por uma agricultura profissional. Como caracteriza atualmente o papel da Caixa na sua área social e a evolução que tem registado nos últimos anos?

A CCAM do Médio Ave afirma-se como uma instituição de banca cooperativa de proximidade, profundamente enraizada nos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, onde mantém uma relação próxima com as comunidades locais através da sua rede de sete agências. Assente no princípio cooperativo de “um associado, um voto”, a Caixa distingue-se pela capacidade de tomar decisões localmente, com rapidez, conhecimento do território e proximidade

às famílias, empresários agrícolas, às microempresas e às PME.

Inserida numa região marcada por uma realidade económica híbrida, onde coexistem indústria, serviços e agricultura profissional, a CCAM do Médio Ave mantém uma matriz agrícola relevante, apoiando explorações nas áreas da pecuária, viticultura, hortícolas e frutos vermelhos, a par do financiamento a empresas industriais e de serviços características do Vale do Ave.

Para além da atividade financeira, a Caixa assume um papel ativo na vida social, cultural e educativa do território, apoiando iniciativas locais, promovendo o associativismo e valorizando o mérito, reforçando a coesão social e a identidade local - um papel tornado visível nas comemorações dos 111 anos com várias iniciativas abertas à comunidade. No quadro das comemorações dos 111 anos (2024), a CCAM do Médio Ave inaugurou dois novos edifícios que representam a sua sede (um dos edifícios ligado à área operacional/funcional e um outro que simboliza o “espaço memória”) sinalizando um investimento em modernização, serviços ao cliente e eficiência operacional, sem abdicar da natural identidade cooperativa e reforçando a sua reputação e coesão social.

Nos últimos anos, a Caixa tem vindo a consolidar a sua posição enquanto instituição sólida e bem capitalizada, reforçando a confiança dos associados e clientes. A trajetória iniciada com a fusão de 2010 permitiu ganhos de escala, melhoria da oferta de serviços e maior robustez competitiva no contexto do SICAM e do Grupo Crédito Agrícola, sem abdicar da identidade cooperativa que continua a orientar a sua atuação.

Enquanto banca cooperativa, o Crédito Agrícola distingue-se por colocar as pessoas e os territórios no centro da sua

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DO MÉDIO AVE

atuação. De que forma esta identidade cooperativa e a proximidade às comunidades locais se traduzem, no dia-a-dia, na atuação da CCAM do Médio Ave?

Enquanto banca cooperativa, a CCAM do Médio Ave orienta a sua atuação por uma lógica de proximidade às pessoas e ao território, conciliando os valores do cooperativismo com uma gestão moderna e financeiramente sólida. Esta visão traduz-se, desde logo, num modelo de governação próximo, em que a representação da Caixa por Órgãos Sociais e Colaboradores oriundos da sua zona geográfica, permite um conhecimento profundo da realidade económica, social e empresarial da região. Ao contrário de modelos bancários mais centralizados, a CCAM do Médio Ave mantém processos de decisão locais, mais rápidos e ajustados às necessidades concretas das famílias, dos agricultores, das empresas e das organizações da região. Esta proximidade facilita soluções financeiras mais adequadas, um acompanhamento mais próximo dos projetos e uma relação de confiança construída ao longo do tempo. Para além da vertente financeira, a identi-



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: SERAFIM OLIVEIRA, ANTÓNIO ABREU, SUSANA AZEVEDO, RUI FARIA

dade cooperativa da CCAM do Médio Ave expressa-se também no seu envolvimento ativo com a comunidade, através do apoio a iniciativas educativas, culturais e associativas. A Caixa assume-se, assim, não apenas como uma instituição financeira, mas como um parceiro do desenvolvimento económico e social da região, fiel aos princípios cooperativos que a orientam desde a sua origem.

A inovação tecnológica e a digitalização têm vindo a transformar profundamente o sector bancário. Como tem a CCAM do Médio Ave conseguido conciliar a modernização dos serviços com a manutenção de um atendimento próximo e personalizado?

A CCAM do Médio Ave encara a inovação tecnológica e a digitalização como ferramentas ao serviço da valorização da relação com os seus clientes e associados, e não como um substituto do atendimento humano que caracteriza a banca cooperativa. Nesse sentido, tem acompanhado a evolução do sector bancário, modernizando os seus serviços, infraestruturas e canais digitais, em articulação com o Grupo Crédito Agrícola. A disponibilização de soluções de banca digital mais seguras, eficientes e acessíveis permite aos clientes realizar muitas das suas operações quotidianas de forma autónoma e cómoda, respondendo às novas exigências do mercado e aos diferentes perfis de utilizadores, garantindo maior eficiência operacional, segurança nas transações e melhor experiência de utilização. Essa evolução tem sido feita de forma equilibrada e consciente, preservando a essência da banca de proximidade. O atendimento presencial continua a assumir um papel central, com equipas estáveis, conhecedoras do território e das pessoas, capazes de prestar um acompanhamento personalizado, sobretudo nas decisões financeiras mais relevantes, como o investimento, o crédito ou o apoio à atividade agrícola e empresarial.

O território de intervenção da CCAM do Médio Ave conta com um peso relevante do sector agroalimentar. Como avalia o momento atual da agricultura nesta região e quais os principais desafios que os agricultores enfrentam?

A agricultura na área de intervenção da CCAM do Médio Ave atravessa um período exigente, mas revela também uma significativa capacidade de adaptação e

de criação de valor. Trata-se de um sector cada vez mais profissional, tecnicamente evoluído e orientado para o mercado, no qual muitos agricultores têm investido na modernização das explorações, no bem-estar animal, na eficiência produtiva e na melhoria da qualidade.

Apesar desta evolução, os desafios são relevantes. A volatilidade dos custos de produção, a pressão sobre a rentabilidade, o aumento das exigências ambientais e regulamentares, bem como a escassez de mão de obra e a dificuldade na renovação geracional, colocam constrangimentos importantes à sustentabilidade da atividade agrícola. A estes fatores juntam-se ainda os impactos das alterações climáticas, que exigem maior resiliência e capacidade de investimento por parte dos produtores.

Que papel tem a CCAM do Médio Ave no apoio ao sector agrícola e agroalimentar, nomeadamente através de produtos financeiros, instrumentos de crédito e acompanhamento aos investimentos realizados pelos agricultores e pelas suas organizações?

A CCAM do Médio Ave desempenha um papel relevante no apoio ao sector agrícola e agroalimentar da região, disponibilizando soluções de financiamento ajustadas às especificidades da atividade agrícola, quer para investimento e modernização das explorações, quer para apoio às necessidades de tesouraria associadas aos ciclos produtivos.

Para além do financiamento, a Caixa assume-se como um parceiro próximo dos agricultores e das suas organizações, acompanhando os projetos desde a fase de planeamento até à sua concretização, com base num conhecimento profundo da realidade local. Este acompanhamento per-

mite apoiar decisões de investimento mais sustentadas e contribuir para a viabilidade económica do sector agrícola regional.

A relação próxima com agricultores e cooperativas facilita ainda um diálogo permanente, essencial para apoiar a adaptação a contextos de maior volatilidade, nomeadamente ao nível dos custos de produção e das exigências regulamentares e ambientais.

A CCAM do Médio Ave mantém uma relação próxima com organizações do sector agroalimentar da sua área social, incluindo por exemplo algumas organizações cooperativas. Que importância atribui a estas parcerias para a dinamização económica e social da região?

A relação próxima que a CCAM do Médio Ave mantém com as organizações do sector agroalimentar, incluindo cooperativas agrícolas e outras entidades associativas da região, é um elemento fundamental para a dinamização económica e social do território.

Estas parcerias permitem uma melhor articulação entre financiamento, investimento e organização da produção, contribuindo para ganhos de escala, maior capacidade de negociação e criação de valor local, com impacto direto na valorização das atividades agrícolas.

Para além da dimensão económica, estas relações reforçam o espírito cooperativo, a coesão social e a fixação da atividade e do emprego no território, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e resiliente da região.

Tendo em conta o papel decisivo que tanto as Cooperativas Agrícolas como as Caixas de Crédito Agrícola desempenham em termos económicos, sociais e territoriais a nível nacional considera



4. COLABORADORES DA CCAM DO MÉDIO AVE



5. SEDE DA CCAM DO MÉDIO AVE – EDIFÍCIO SOCIAL

que as políticas públicas reconhecem devidamente este papel?

As Cooperativas Agrícolas e as Caixas de Crédito Agrícola desempenham um papel determinante no desenvolvimento económico, social e territorial do país, em particular nas regiões rurais e de menor densidade. Esse contributo tem vindo a ser reconhecido nas políticas públicas, nomeadamente através de instrumentos de apoio ao investimento, à modernização e à sustentabilidade da atividade agrícola. Ainda assim, considero que esse reconhecimento pode e deve ser aprofundado. O modelo cooperativo distingue-se pela sua forte ligação ao território, pela capacidade de organização da produção e pelo impacto direto na coesão social e na fixação das populações. Uma valorização mais clara e consistente deste modelo nas políticas públicas significaria reforçar a economia real, a agricultura nacional e um desenvolvimento territorial mais equilibrado — objetivos que devem estar no centro das opções estratégicas do país.

Para além da sua atividade financeira, a Caixa desenvolve também uma intervenção de proximidade e responsabilidade social no território. Que importância atribui a este papel social e de que forma se traduz no apoio às comunidades locais?

O papel social da CCAM do Médio Ave é indissociável da sua missão enquanto

instituição cooperativa de proximidade. A Caixa assume uma responsabilidade ativa para com as comunidades onde está inserida, contribuindo para a coesão social, o desenvolvimento local e a valorização do território.

Essa intervenção traduz-se no apoio a iniciativas nas áreas da educação, da cultura, do desporto e da ação social, através de parcerias com escolas, associações, coletividades e instituições locais, bem como na valorização do mérito e do envolvimento comunitário.

Ao investir nas pessoas e nas comunidades, a CCAM do Médio Ave reforça a sua ligação ao território e contribui para um desenvolvimento mais equilibrado, sustentável e inclusivo, fiel aos valores do cooperativismo que a orientam há mais de um século.

Como avalia a relação da CCAM do Médio Ave com a CONFAGRI e que importância atribui ao papel da Confederação na representação institucional, na defesa do sector cooperativo e na afirmação do sector agroalimentar português?

A CONFAGRI desempenha um papel absolutamente central na representação institucional das cooperativas agrícolas a nível nacional, assumindo-se como um interlocutor qualificado junto dos decisores públicos e das instâncias nacionais e europeias.

A sua ação na defesa dos interesses do sector cooperativo, na promoção de políticas públicas ajustadas à realidade do território e na afirmação do sector agroalimentar português é fundamental para reforçar a competitividade, a sustentabilidade e o reconhecimento social da agricultura e das cooperativas.

A CCAM do Médio Ave, sendo associada da FENACAM, relaciona-se com a CONFAGRI através dela. Mantém assim um relacionamento institucional como membro da Assembleia Geral da CONFAGRI, participando ativamente em todas as decisões que dizem respeito ao mundo Cooperativo.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos associados, clientes e à população da área social da CCAM do Médio Ave, num contexto de constante mudança, mas também de novas oportunidades para o território?

Aos associados, clientes e à população da área social da CCAM do Médio Ave gostaria de deixar uma mensagem de confiança, proximidade e compromisso com o futuro. Vivemos num contexto de constante mudança, marcado por novos desafios económicos, sociais e tecnológicos, mas também por oportunidades relevantes para o desenvolvimento do nosso território. A CCAM do Médio Ave continuará a pautar a sua atuação pelos valores que a definem há mais de um século - proximidade, responsabilidade, solidez e cooperação - mantendo-se como um parceiro de confiança das famílias, dos agricultores, das empresas e das instituições locais. Com uma visão de longo prazo, procuraremos acompanhar a modernização da economia, da indústria e da agricultura, sem nunca perder a ligação às pessoas e às comunidades que servimos. Este compromisso reflete-se não apenas no apoio às famílias, aos empresários agrícolas e às empresas, mas também na aposta na renovação das nossas infraestruturas como um todo, no rejuvenescimento do quadro de pessoal e na formação contínua dos nossos colaboradores, pilares essenciais para garantir qualidade de serviço, eficiência e capacidade de resposta aos desafios atuais.

É com este espírito que encaramos o futuro, com ambição, mas também com prudência acreditando que, em conjunto, será possível transformar os desafios em oportunidades e contribuir para um desenvolvimento económico e social mais equilibrado, sustentável e inclusivo da região do Médio Ave. ●

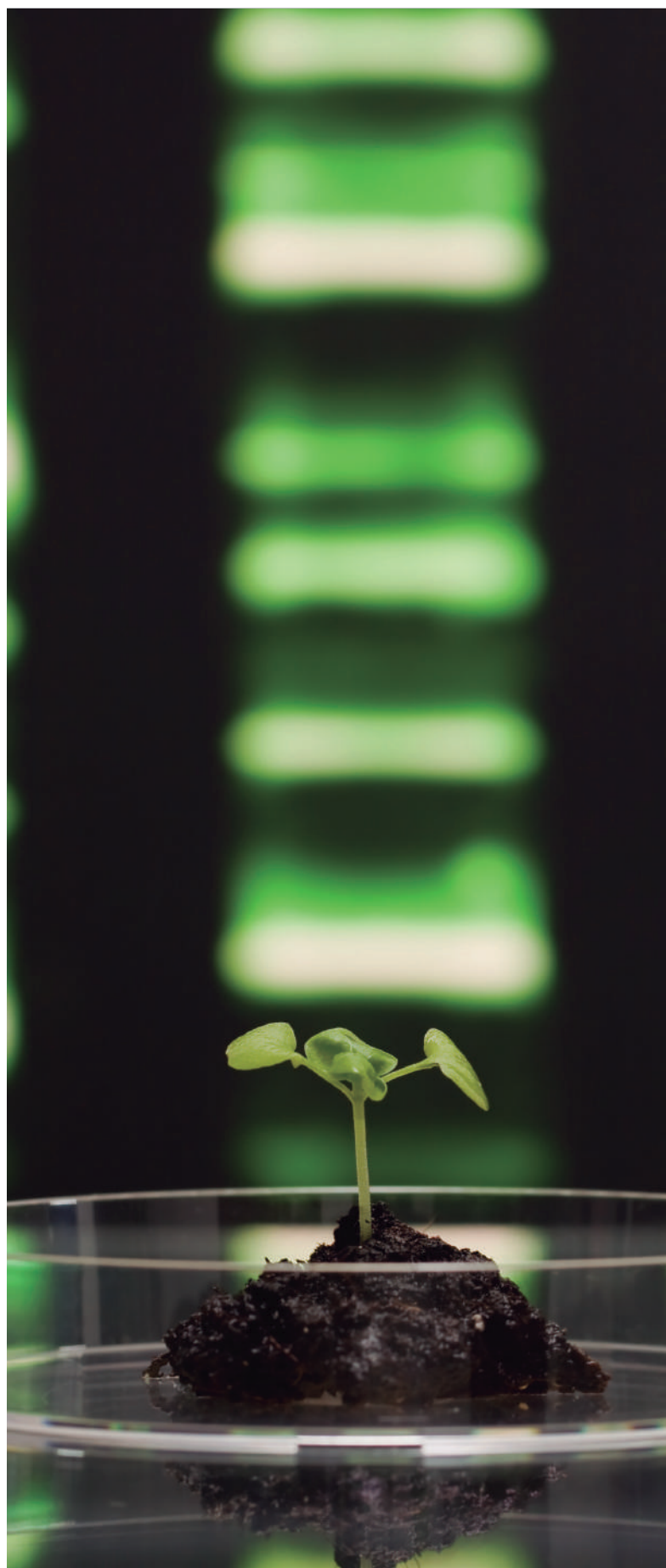
NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS NA AGRICULTURA (NGTS): DA TEORIA À PRÁTICA

TEXTO

CÁTIA PINTO E DOMINGOS GODINHO

 CONFAGRI

A 4 de dezembro de 2025, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório para a criação de um novo quadro legal para as novas técnicas genómicas (NGTs). As NGTs correspondem a técnicas de edição genética, por exemplo, numa localização específica do genoma de uma planta (mutagénese dirigida) ou na inserção de uma sequência genética proveniente da mesma espécie ou de uma espécie relacionada/compatível (cisgénese). Como resultado, as plantas obtidas podem ser muito semelhantes às obtidas por técnicas de melhoramento convencionais ou mesmo às que ocorrem naturalmente na natureza.



Quando se fala de técnicas de melhoramento de plantas, existem três técnicas, nomeadamente: 1) as técnicas de melhoramento convencional (técnica de cruzamento de variedades de uma espécie, ou melhoramento por mutação ou mutagenese), 2) as técnicas de modificação genética (organismos geneticamente modificados – OGMs nos quais ocorre a inserção de ADN exógeno numa planta), e 3) as novas técnicas genómicas (NGTs).

Até então, as NGTs eram abrangidas pela mesma legislação aplicável aos OGMs. Com este novo acordo, foram estabelecidas categorias específicas para as plantas obtidas através destas técnicas, permitindo uma abordagem regulatória mais diferenciada e abrindo novos horizontes ao melhoramento de plantas. Neste contexto, o acordo estabelece duas categorias para as plantas obtidas através de NGTs, nomeadamente:

➤ **NGT-1**, significa que as modificações genómicas ocorridas nas plantas, obtidas por qualquer das técnicas mutagenese dirigida e/ou cisgénese, poderiam ocorrer naturalmente na natureza ou resultar de técnicas de melhoramento convencional. Neste caso, as plantas NGT-1 são consideradas equivalentes a plantas convencionais e, por isso, ficam isentas da maioria dos requisitos da legislação europeia sobre OGMs, o que tornará o seu processo de regulamentação mais simples. Importa ainda referir que, dentro desta categoria, não são permitidas plantas com características de tolerância a herbicidas ou inseticidas específicos.

➤ **NGT-2**, significa que as modificações genómicas introduzidas não poderiam ocorrer naturalmente nem por melhoramento convencional, implicando modificações genómicas mais complexas. Neste caso, as plantas NGT-2 continuam sujeitas aos requisitos estabelecidos na legislação aplicável aos OGMs, incluindo avaliações rigorosas de risco e procedimentos de autorização.

Para cada categoria, o acordo provisório estabelece várias regras como a colocação no mercado, rotulagem, caracteres,

registo de patentes, entre outros.

É certo que o melhoramento vegetal ocorre há milhares de anos, tendo permitido o desenvolvimento de variedades agrícolas mais produtivas, mais resistentes e adaptadas às nossas necessidades e tendências de consumo, por exemplo, nutrição, sabor, entre outros. A banana atualmente consumida, bem como muitos outros frutos e vegetais, é muito diferente da sua versão ancestral. No entanto, os métodos tradicionais são geralmente muito demorados e menos precisos, ao passo que, as NGTs permitem introduzir alterações específicas no genoma das plantas de forma mais rápida e direcionada, acelerando significativamente o processo de melhoramento.

Estas NGTs ganharam particular relevância científica com o desenvolvimento da técnica de edição genética CRISPR-Cas9, distinguida com o Prémio Nobel da Química em 2020, atribuído às cientistas Emmanuelle Charpentier e Jennifer Doudna. Sendo esta uma técnica muito versátil, possível de ser utilizada em humanos (medicina), animais e plantas, sem dúvida alguma que esta inovação representa um passo importante para o sector agrícola, ao possibilitar o desenvolvimento de variedades mais resistentes às alterações climáticas, pragas e doenças, bem como culturas que requerem menos fertilizantes e pesticidas. Algumas das variedades obtidas por NGTs são, por exemplo, trigo com baixo teor de glúten, batatas resistentes a doenças ou milho resistente à seca.

Efetivamente, a alteração dos padrões climáticos, com maior imprevisibilidade ou o aumento da pressão das pragas e doenças, estão a impor novos desafios na nossa agricultura. Neste sentido, a aplicação das NGTs poderá contribuir para a promoção de um sistema agroalimentar mais seguro, mais resiliente e sustentável, respondendo simultaneamente aos desafios da segurança alimentar global e da proteção ambiental. Contudo, o sucesso da implementação das NGTs dependerá não apenas dos avanços científicos, mas também da transparência regulatória, da disseminação do conhecimento científico, em detrimento de potenciais abordagens empíricas, junto dos decisores políticos, do sector agroalimentar ou dos consumidores, e integração destas tecnologias no sector agroalimentar. ●

CA SEGUROS VOLTA A LIDERAR A EXPERIÊNCIA DOS CLIENTES

A CA Seguros reforçou a sua posição no sector segurador nacional ao conquistar, pelo oitavo ano consecutivo, o prémio de Melhor Experiência do Cliente no estudo Best European Customer Experience (BECX) 2025, no ramo Não Vida.

O estudo BECX é uma referência nacional e europeia na avaliação da experiência do cliente, que premeia as organizações que mais se distinguem. Os resultados agora alcançados refletem uma aposta contínua da seguradora numa experiência de cliente integrada.

A CA Seguros, no estudo BECX 2025, alcançou os melhores resultados globais, entre todas as seguradoras avaliadas, tanto no universo Não Vida como Vida, consolidando uma trajetória de liderança sustentada pela proximidade, confiança e qualidade do serviço prestado aos Clientes. A CA Seguros tem apostado na inovação tecnológica e em soluções digitais como a App CA Seguros, o CA Seguros Online e o WhatsApp CA Seguros.

João Pedro Borges, Presidente da CA Seguros, afirma: “este reconhecimento reflete o compromisso diário das nossas equipas e da rede de Agências do Crédito Agrícola, que trabalham com dedicação para garantir um serviço próximo, personalizado e alinhado com as reais necessidades dos nossos clientes. Mantemos a aposta na inovação e na excelência, oferecendo soluções completas e eficazes que fazem a diferença na vida das famílias e empresas que confiam em nós. Continuaremos a investir na qualidade e na melhoria contínua, garantindo que estamos sempre ao lado dos nossos clientes nos momentos em que mais precisam.”

Esta distinção reforça o posicionamento da CA Seguros como marca de confiança, com uma proposta de valor centrada nas pessoas, na qualidade do serviço e na inovação responsável. ●

COMPETÊNCIAS PARA A TRANSIÇÃO AGROALIMENTAR COM OS TERRITÓRIOS

TEXTO

CÁTIA ROSAS

CONFAGRI



1. ELEMENTOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO DO PROJETO EUROPEU AGRIFOODSKILLS

A transição do sistema agroalimentar europeu é hoje uma prioridade estratégica, com múltiplos desafios: da neutralidade climática à segurança alimentar e à resiliência dos territórios rurais. Por isso, sem pessoas qualificadas, no plano técnico e no terreno, capazes de integrar inovação, sustentabilidade e viabilidade económica, a transição arrisca-se a ficar confinada ao plano das intenções e estratégias. Esta ligação entre competências, políticas e territórios esteve no centro da reunião do projeto europeu AgriFoodSkills, realizada a 27 e 28 de janeiro, em Turim, e na qual Domingos Godinho e Cátia Rosas participaram em representação da CONFAGRI.

Competências como ferramentas

O AgriFoodSkills (AFS) parte de uma premissa: a transformação do sistema agroalimentar exige respostas formativas alinhadas com as necessidades reais de competências ao longo da cadeia de valor — da produção vegetal e animal à indústria alimentar e à área veterinária. O primeiro ano do projeto permitiu avançar com a criação do Observatório Europeu de

Competências, que reúne diagnósticos e tendências de vários países. Este trabalho prospetivo serve como instrumento de apoio à decisão na formação agroalimentar. Domingos Godinho, Coordenador do Departamento de Sustentabilidade, Inovação e Qualidade da CONFAGRI, apresentou as ações de divulgação do Observatório, promovendo o envolvimento de atores. Salientou, ainda, a importância deste grupo do AFS que coordena, no apoio ao Pacto para Competências e na divulgação do Fórum 2050.

Aprender com a diversidade europeia

Reuniões como a de Turim, que juntam parceiros de mais de uma dezena de países, permitem uma aprendizagem mútua relevante. As diferenças entre sistemas produtivos, modelos cooperativos, políticas de formação e níveis de digitalização enriquecem o diálogo.

O recurso crescente à inteligência artificial e digitalização, quer na análise de dados, quer na identificação de tendências de competências emergentes, esteve também presente, com valor acrescentado para os resultados apresentados do projeto.

Validação territorial

Esta abordagem já está a ser testada pela CONFAGRI, como aconteceu no Dia Aberto “A Vinha Digital: Inovação, Dados e Sustentabilidade”, em novembro passado na Adega Cooperativa de Cantanhede, onde o AFS foi apresentado a produtores, cooperativas e técnicos, num contexto de demonstração prática de soluções digitais, uso de dados e práticas sustentáveis de gestão do solo, água e nutrientes. Nos próximos meses, as linhas de competência e seus perfis serão validados nos diferentes países. A CONFAGRI irá dinamizar focus grupos sectoriais, em parceria com a Escola Superior Agrária de Coimbra, envolvendo produtores, cooperativas e outros atores do sistema agroalimentar português.

Este momento é crucial. As competências não se constroem de forma abstrata nem apenas a partir de modelos europeus. Precisam de ser territorializadas, ajustadas às realidades produtivas, económicas e sociais de cada país e de cada região. A força do projeto está neste cruzamento entre visão europeia e adaptação local.

Conclusões

Investir em competências construídas de forma cooperativa, inclusiva e territorializada tem benefícios claros: promove coesão social, reforça os territórios e cria condições para um futuro mais sustentável. O sistema agroalimentar europeu precisa de visão estratégica, mas precisa, sobretudo, de uma ligação efetiva entre políticas, territórios e as suas gentes. As competências são uma dessas pontes — e importa promovê-las de forma consistente. ●

Mais informações:

<https://www.confagri.pt/agrifoodskills/>

SOUTOS SUSTENTÁVEIS EM VINHAIS: GERIR A ÁGUA E O SOLO PARA REFORÇAR A RESILIÊNCIA DA CASTANICULTURA

TEXTO

CÁTIA ROSAS

CONFAGRI

A castanicultura é um dos pilares das montanhas do Nordeste Transmontano. No concelho de Vinhais, onde o castanheiro marca a paisagem e a identidade local, os desafios com as alterações climáticas — maior irregularidade da precipitação, episódios extremos e degradação do solo — exigem respostas integradas, práticas e ajustadas.

É neste contexto que surge o projeto “Soutos Sustentáveis em Vinhais – Boas Práticas de Gestão da Água e do Solo na Castanicultura”, um dos quatro projetos selecionados (entre 36 candidaturas) e apoiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

O projeto parte de um princípio fundamental: não há gestão sustentável da água sem uma boa gestão do solo. A fertilidade, a estrutura e a cobertura do solo são determinantes para a retenção de água, a redução da erosão e a resiliência produtiva dos soutos, tanto em sistemas de sequeiro como de regadio.

No âmbito do projeto:

- Serão instalados e acompanhados quatro campos de demonstração, para teste e monitorização de práticas como coberturas vegetais, melhoria da estrutura do solo, rega e utilização de sensores de humidade, etc.. Estas parcelas piloto funcionam como laboratórios vivos, onde o conhecimento científico é aplicado, observado e ajustado em contexto real;
- Será criada uma rede local de agricultores-mentores, que, com experiência consolidada na castanicultura assumem um papel ativo na difusão de boas práticas, apoiados pela equipa do projeto. Esta metodologia de mentoria entre pares, assente em relações de confiança, potencia a adesão de mais produtores e acelera a transferência de conhecimento para o terreno;
- Serão promovidas ações de demons-



1. ELEMENTOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O PROJETO

tração, para agricultores e técnicos, em complemento com sessões de intercâmbio, para aprendizagem colaborativa;

- Haverá uma aposta forte na disseminação de resultados, incluindo fichas técnicas, boletins informativos, vídeos curtos e um guia de boas práticas, simples e acessível, a disponibilizar nos canais da CONFAGRI e dos parceiros. Está ainda prevista uma visita técnica a Espanha, permitindo o intercâmbio com outros territórios de soutos e o alargamento das redes de cooperação.

A parceria do projeto reflete esta abordagem integrada. A coordenação é assegurada pela CONFAGRI, contando com a proximidade ao território da ARBOREA

e da Proruris EM, e com o rigor científico do Instituto Politécnico de Bragança, pela sua investigação aplicada em sistemas agrícolas de montanha.

Esta cooperação garante que as soluções testadas são tecnicamente robustas, economicamente viáveis e socialmente apropriadas.

Os “Soutos Sustentáveis em Vinhais” procuram deixar um legado: explorações demonstrativas no terreno, uma rede ativa de agricultores-mentores e uma metodologia replicável noutros concelhos produtores de castanha.

Num contexto de crescente pressão climática sobre os sistemas agrícolas, este projeto afirma que a resposta passa por combinar ciência e prática agrícola, colocando os agricultores e as suas organizações no centro da transição hídrica e da gestão sustentável do território. ●

SOUTOS SUSTENTÁVEIS EM VINHAIS

- Território de intervenção: Concelho de Vinhais
- Soutos piloto: 4 campos de demonstração
- Agricultores-mentores envolvidos: 4
- Agricultores participantes: aprox. 80
- Técnicos agrários envolvidos: 10
- Investigadores envolvidos: 10
- Ações de demonstração em campo: 4
- Sensores de monitorização do solo instalados: 8
- Materiais técnicos produzidos: 6 fichas técnicas + 1 guia digital
- Visitas técnicas internacionais: 1 (Espanha)
- Financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian Água

AS FLORESTAS COMO PODEROSO ALIADO DAS SOCIEDADES! MAS...

TEXTO

HUGO ALMEIDA

 FENAFLORESTA

Por mais diferente que seja a opinião, a forma como se vê a floresta, a visão que possamos ter para ela ou o que dela esperar, as Florestas são um poderoso aliado das sociedades na resposta a um vasto conjunto de desafios atuais.

Não é uma crença!
É factual!



Como já tive a oportunidade de escrever anteriormente: “Ao longo de milénios, as florestas têm sustentado o desenvolvimento humano e económico das sociedades e vão continuar a sê-lo” (Almeida, H, 2025)¹.

Este poderoso aliado das sociedades e pilar do desenvolvimento tem visto a sua importância relativa aumentar na definição de políticas da União Europeia. O aumento de objetivos traçados por diferentes Direções-Gerais da Comissão Europeia reflete esta importância em vários documentos europeus (vinculativos e não-vinculativos), como constatou um estudo do European Forest Institute.

Apesar do seu valor, as Florestas enfrentam ameaças constantes: pragas, doenças, perda de biodiversidade e incêndios florestais, incluindo megaincêndios, entre outros fatores. A estas soma-se o **desinvestimento**, talvez o único fator diretamente dependente da ação humana. O ano de 2025 foi particularmente crítico no que toca aos fogos rurais em toda a Europa. Este cenário levou a Presidente

da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a dar destaque ao tema no discurso do Estado da União², onde também homenageou todos os combatentes, bem como a Comissária Hadja Lahbib a intervir no Parlamento Europeu³.

Infelizmente, Portugal acompanhou esta tendência negativa, registando em 2025 o **4.º pior ano do século XXI**. Para além da dimensão da área ardida, destacam-se três outros dados do relatório⁴ da AGIF: **Incêndios de grande dimensão**: Ocorreram 26 ocorrências (entre 1.000 e 10.000 ha), um aumento drástico face à média de 8 ocorrências/ano registada entre 2018-2024.

Causas: Registou-se um aumento no uso do fogo e no incendiário, invertendo a tendência de queda que se verificava desde 2017.

Reacendimentos: tem-se observado um aumento dos reacendimentos desde 2023,

apesar de diminuir quando comparado com 2017;

Perante este cenário, é imperativo reforçar a sensibilização social. O foco deve incidir não apenas nos jovens, mas sobretudo nas faixas etárias mais idosas, que hoje apresentam os comportamentos de maior risco. Esta aposta na consciencialização deve ser contínua e de longo prazo, evitando a “anestesia” que surge quando os resultados são momentaneamente positivos.

Parece também óbvio que os reacendimentos têm sido um problema, apresentando-se como um desafio crítico para o pilar do combate, e para o qual devemos ter um olhar mais atento.

E o óbvio, dos óbvios! A necessidade de uma transição de respostas reativas para uma **prevenção proativa**, como forma de limitar os grandes incêndios,

conforme recomendado na Resolução “*Strengthening the Global Management of Wildfires*”, resultante da 7.ª Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em dezembro de 2025⁵.

Embora a Presidente da Comissão Europeia tenha referido no seu discurso do Estado da União, a intenção de criar um centro europeu de combate a incêndios - transmitindo, assim, uma abordagem ainda muito centrada na resposta reativa -, a Comissária Hadja Lahbib defendeu que a Europa precisa de se concentrar mais na prevenção de incêndios florestais antes que eles comecem e que esta estratégia exigirá investimentos tradicionais (infraestruturas), abordagens baseadas em ecossistemas e na gestão ativa de áreas de alto risco, através de medidas como o pastoreio ou as queimadas controladas. Ainda se desconhecem, em concreto, como se materializarão estas ideias lançadas pela Comissária, com as quais concordamos, mas que deverão ir além dos exemplos referidos. Na definição de estratégias e políticas europeias, a Comissão Europeia tem de passar a ter em linha de conta que a rentabilidade dos produtores florestais tem diminuído, que o absentismo dos proprietários florestais tem aumentado e que esta tendência está a generalizar-se um pouco por toda a Europa. Estes riscos ameaçam a Floresta Europeia, a tal que tem sido fundamental para muitas das ambições estratégicas da União Europeia, como a obtenção da neutralidade climática, a salvaguarda da biodiversidade, o fortalecimento das economias rurais e o apoio à bioeconomia.

É essencial criar mecanismos que compensem financeiramente a perda da importância da PAC no contexto das políticas europeias e que acompanhem o aumento da relevância da Floresta, como já referido.

É igualmente importante e determinante que na definição dos diferentes mecanismos de financiamento europeus existam linhas políticas europeias claras que promovam e apoiem a gestão agregada e efetiva das áreas florestais – só assim será possível criar valor económico, ambiental e social e inverter a tendência de aumento do absentismo e da falta de gestão florestal.

Com políticas claras de financiamento, os Estados-membros serão instigados a potenciar a prevenção proativa através da gestão florestal agregada.

Em Portugal, acreditamos que as **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)** devem ser o veículo primordial para esta gestão agregada. Têm uma lógica territorial importante, onde há uma ligação de alguns anos aos proprietários e nas quais se podem (devem) ensaiar diferentes modelos de rentabilização e remuneração dos produtores e proprietários florestais, essencial para que possamos encorajar os proprietários e os técnicos para a gestão florestal e para aproveitar as oportunidades. ●

NOTAS:

- 1 <https://vozdocampo.pt/arquivo/47674>
- 2 Discurso Estado da União – https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/state-union/state-union-2025_pt
- 3 Discurso Comissária <https://reliefweb.int/report/world/speech-commissioner-lahbib-european-parliament-wildfires-and-enhancing-preparedness>
- 4 Análise preliminar período de análise: 1 de janeiro a 30 de novembro, de 9 de dezembro de 2025
- 5 Referência obtida na Carta Mensagem de Ano Novo da AGIF

CA Seguros **Distinção**

8 anos de liderança não acontecem por acaso



O BECX é uma referência nacional na avaliação da experiência do cliente e premeia as organizações que mais se distinguem na oferta de uma experiência de excelência.



CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 3º Dt.º • 1070-040 Lisboa
E-mail: geral@ca-seguros.pt
Capital Social: 18.000.000 € • M.C.R.C. de Lisboa e
Pessoa Coletiva nº 503 384 089 • Registo ASF 1122

f i s App CA Seguros | CA Online | WhatsApp 963 806 000

Para mais informações:

ca-seguros.pt | 213 806 000

Atendimento personalizado,
das 09:30 às 17:30



CONFAGRI PROMOVE WORKSHOP SOBRE A CERTIFICAÇÃO DE MICROCREDENCIAIS

TEXTO

DOMINGOS GODINHO, CÁTIA ROSAS,
CÁTIA PINTO

CONFAGRI

No dia 28 de novembro, a CONFAGRI recebeu na sua sede, no palácio de BENAGAZIL, os participantes do workshop organizado pela Confederação no âmbito do projeto Europeu I-Restart, dedicado ao tema “Microcredenciais no Sector Agroalimentar”. A iniciativa contou com um painel de oradores de referência e evidenciou que, apesar das diferentes perspetivas institucionais, existe uma visão amplamente partilhada quanto ao futuro da formação e ao papel das microcredenciais.

O evento contou com a presença de autoridades como a ANQEP, representada por Sandra Lameira, e organizações sectoriais representativas como a ANESPO, na pessoa de Luís Costa, bem como escolas profissionais agrícolas, nomeadamente a Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, representada pelas

professoras Ana Almeida e Luísa Roque. O sector cooperativo agroalimentar marcou igualmente presença, através da CONFAGRI, da COOPOMBAL, da CALCOB, da Coopequer e da FENADEGAS, reforçando a importância da formação contínua para a competitividade e sustentabilidade do sector.

No âmbito do projeto I-Restart, considerou-se necessário que a CONFAGRI realizasse, em Portugal, um Workshop para validar a abordagem de certificação dos módulos com microcredenciais. Os temas abordados foram diversos, mas sempre relacionados com as microcredenciais, incluindo: mecanismos atuais para a emissão e certificação de microcredenciais a nível nacional; instituições e autoridades responsáveis pela implementação e supervisão das microcredenciais; colaboração entre o sector educativo e a indústria no desenvolvimento e reconhecimento das microcredenciais; modelo predominante para as microcredenciais (orientado para a educação, orientado para a indústria ou híbrido); capacidade de resposta das microcredenciais às necessidades sectoriais em constante mudança; tipo de avaliação e validação (académica formal vs. baseada em pares/empregadores); abordagem ao reconhecimento e normalização das microcredenciais; papel das microcredenciais para obtenção de qualificações superiores; as microcredenciais nos quadros de atualização contínua de competências e aprendizagem ao longo da vida; mecanismos de financiamento para o ensino e formação profissionais (EFP) a nível nacional; estratégias para sustentar financeiramente as microcredenciais e promover o reconhecimento em todos os sectores.

Foi um debate aberto e participado. A CONFAGRI será sempre um espaço para promover o debate das questões estratégicas para o sector cooperativo agroalimentar e para o futuro da formação em Portugal. ●



1. PAINEL COM A PARTICIPAÇÃO DA ANQEP E ANESPO



2. PAINEL COM ALGUNS DOS REPRESENTANTES DO SECTOR COOPERATIVO AGROALIMENTAR

A 58.ª EDIÇÃO DA AGRO — FEIRA INTERNACIONAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ALIMENTAÇÃO

A 58.ª edição da AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação volta a afirmar-se como um dos principais eventos nacionais dedicados ao sector agroalimentar, consolidando Braga como um ponto de encontro estratégico para profissionais, empresas, produtores e público em geral. Promovida pela InvestBraga e a realizar-se no Forum Braga de 26 a 29 de março, a AGRO mantém uma trajetória de crescimento sustentado e reforça o seu papel enquanto plataforma de promoção da inovação, do conhecimento e da valorização do mundo rural.

Para esta edição, a organização tem como meta ultrapassar os 55 mil visitantes, aumentando o peso do público profissional e reforçando a proximidade à comunidade. Em paralelo, a InvestBraga aposta na qualificação da experiência dos expositores, criando mais oportunidades de negócio, visibilidade e contactos estratégicos, num ambiente orientado para a cooperação e geração de valor.

A inovação tecnológica, a sustentabilidade e a digitalização assumem um papel central na programação, com destaque para soluções de agricultura regenerativa e de precisão, que promovem a saúde do solo, a eficiência produtiva e a redução do uso de recursos. Tecnologias como drones, sensores, inteligência artificial e robótica permitem uma monitorização mais eficaz das culturas e uma gestão mais eficiente da água e dos fatores de produção. Ganham também relevância os biopesticidas e bioestimulantes, bem como novos modelos de agricultura inteligente, alinhados com princípios de economia circular e adaptação às alterações climáticas.

Estas soluções refletem uma abordagem cada vez mais orientada para a sustentabilidade económica, onde a inovação não só responde aos desafios ambientais, como contribui para aumentar a rentabilidade das explorações, reduzir custos de produção e melhorar o rendimento dos agricultores, reforçando a viabilidade e competitividade do sector a médio e longo prazo.



1. EDIÇÃO DE 2025 DA FEIRA AGRO

A exposição de maquinaria agrícola mantém-se como uma das mais fortes a nível ibérico, destacando-se pela sua dimensão e pela vasta diversidade de equipamentos e soluções apresentadas. Este espaço reúne as principais marcas, proporcionando um contacto direto com as mais recentes tecnologias e inovações, e reforçando o estatuto do evento como uma referência incontornável no panorama agrícola.

Para além da vertente expositiva, a AGRO reforça a sua componente formativa, com um programa de conferências, seminários e workshops, dirigido a profissionais e público em geral. A colaboração com parceiros institucionais, como a CONFAGRI, contribui para a qualificação do programa técnico, promovendo atualização de conhecimentos e reflexão sobre desafios e tendências do sector.

Os concursos pecuários continuam a ser um dos momentos mais emblemáticos do certame, valorizando a excelência genética, o trabalho dos produtores e a importância da pecuária nacional. Para além das Raças Autóctones, e após o sucesso da primeira edição realizada em 2025, a organização salienta o objetivo de apresentar novamente o Concurso Inter Escolas da Raça Holstein Frísia, uma iniciativa que destaca a formação agrícola e a pecuária leiteira, envolvendo várias escolas profissionais de agricultura na exposição de animais e na competição de jovens preparadores. A vertente gastronómica assume igualmente um papel de relevo na programa-



2. EDIÇÃO DE 2025 DA FEIRA AGRO

ção da AGRO, através da realização de showcookings que visam a promoção da gastronomia regional e dos produtos agroalimentares de excelência. Chefs e convidados dão a conhecer receitas e técnicas culinárias que valorizam as carnes DOP, os vinhos, os produtos certificados, os doces tradicionais e as especialidades locais, reforçando a ligação entre produção, território e consumo. Estes momentos pretendem não só divulgar a riqueza gastronómica da região e do país, mas também estimular o consumo de produtos de origem local, promovendo cadeias curtas de comercialização e acrescentando valor económico aos produtores.

A feira mantém também uma forte ligação à comunidade e às novas gerações, com iniciativas dirigidas a famílias e escolas, envolvendo milhares de crianças e jovens em atividades pedagógicas que promovem o contacto com o mundo rural e agroalimentar.

O impacto da AGRO estende-se à economia local, dinamizando Braga e a região através da atração de visitantes, estímulo a negócios e valorização de produtores e marcas regionais, com efeitos diretos na hotelaria, restauração, comércio e serviços. A AGRO afirma-se, assim, como um evento de referência onde inovação, tradição e conhecimento se cruzam, projetando o sector agroalimentar para um futuro mais eficiente, tecnológico, sustentável e economicamente sólido. ●

REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO DIGIFARM2ALL

Em dezembro realizou-se, em Óbidos, a reunião de encerramento do projeto DigiFarm2all, num momento de balanço dos três anos de trabalho dedicados à promoção da adoção de tecnologias digitais no sector agrícola, à capacitação dos agricultores para a utilização destas ferramentas e à valorização dos dados como suporte à gestão das culturas. Ao longo do projeto, o DigiFarm2all destacou-se pela criação de uma infraestrutura digital orientada para a agricultura, facilitando o acesso a soluções tecnológicas e contribuindo para uma utilização mais informada e eficiente dos dados no processo produtivo. A CONFAGRI encerra o projeto reafirmando a convicção de que as cooperativas agrícolas desempenham um papel decisivo na



1. REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO DIGIFARM2ALL

transição digital do sector, graças ao seu apoio técnico no terreno, ao conhecimento profundo da realidade local e à relação de confiança estabelecida com os agricultores. Pela sua capacidade de atuação em escala, o sector cooperativo pode promover uma

digitalização mais inclusiva e eficaz. Com o término desta fase, abre-se agora uma nova oportunidade centrada na consolidação das recomendações agrícolas e no reforço do modelo de formação, com especial enfoque no utilizador final. ●

AGROSOCIAL LEVA REFLEXÃO SOBRE RENOVAÇÃO GERACIONAL E INOVAÇÃO A UMA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA



1. INTERVENÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CONFAGRI, CÁTIA PINTO E DOMINGOS GODINHO

No âmbito do projeto AGROSOCIAL, a CONFAGRI, em parceria com a Fundación Europea para la Innovación (INTEC) e a Diputación de Córdoba, promoveu, durante o mês de dezembro, a Ação Pedagógica “Renovação Geracional e Desenvolvimento Rural” na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal. A iniciativa reuniu cerca de uma centena

de jovens, proporcionando um espaço de reflexão em torno dos principais desafios e oportunidades que se colocam hoje ao mundo rural.

A sessão centrou-se na reflexão sobre o futuro da agricultura, com particular enfoque na renovação geracional, no desenvolvimento dos territórios rurais ibéricos e no papel crescente da inovação tecnológica

no sector. Foram abordadas as potencialidades da digitalização, bem como a importância da Inteligência Artificial enquanto ferramenta de apoio à modernização da atividade agrícola, ao aumento da produtividade, à promoção de práticas mais sustentáveis e à criação de valor ao longo da cadeia agroalimentar.

Durante a ação, Domingos Godinho, coordenador do Departamento de Sustentabilidade, Inovação e Qualidade da CONFAGRI, destacou a forte presença dos produtos cooperativos no mercado nacional, sublinhando o peso do sector cooperativo no quotidiano dos consumidores e na economia agrícola. A intervenção permitiu evidenciar o papel estratégico das cooperativas agrícolas na valorização do rendimento dos produtores, na promoção da inovação e na sustentabilidade económica, social e ambiental das comunidades rurais. Esta ação pedagógica reforçou a importância do contacto direto com os jovens, contribuindo para uma maior aproximação ao sector agrícola e cooperativo e para a valorização das oportunidades que a agricultura oferece às novas gerações. ●



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

PEDIDO ÚNICO'26

ATÉ 15 DE MAIO

- Candidate-se através da Área Reservada do Portal do IFAP ou nas Entidades reconhecidas, numa das Salas de Atendimento existentes para o efeito
- Novas regras visando a simplificação, parcelário com imagens atualizadas e novas condições de acesso ao Apoio ao Rendimento Base
- Dois novos apoios extraordinários: às áreas de baldio e aos animais para gestão da carga combustível
- Antes de submeter a candidatura, atualize e confirme todos os seus dados de Beneficiário (IB), bem como das Parcelas (SIP) e dos Animais (SNIRA) da sua exploração

Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!

www.ifap.pt

Estamos no Facebook,
Twitter e LinkedIn
+ info:
ifap@ifap.pt
212 427 708
Rua Fernando Curado
Ribeiro n° 4G, Lisboa

MAIS para o seu negócio

Gestão + simples
com uma só solução
para negócios que
impulsionam a região.



DESCUBRA +



Sujeito à Política de Aceitação de Clientes.

Para mais informações:
creditoagricola.pt |     

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.
registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000 - M.C.R.C
de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 - Capital Social
€ 331.744.155,00 (variável) - Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.